

CURSO DE HISTÓRIA

Diego dos Santos

**O PLEBISCITO DE 1963: ATORES POLÍTICOS E ARTICULAÇÕES POLÍTICO-
PARTIDÁRIAS PELAS PÁGINAS DO JORNAL *GAZETA DO SUL* (1961-1963)**

Santa Cruz do Sul

2016

Diego dos Santos

**O PLEBISCITO DE 1963: ATORES POLÍTICOS E ARTICULAÇÕES POLÍTICO-
PARTIDÁRIAS PELAS PÁGINAS DO JORNAL *GAZETA DO SUL* (1961-1963)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para o
Curso de História – Licenciatura Plena da Universidade
de Santa Cruz do Sul (UNISC) para a obtenção do título
de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Diego Orgel Dal Bosco Almeida

Santa Cruz do Sul

2016

AGRADECIMENTOS

Primeiramente devo agradecer à minha família, em especial aos meus pais Clecio e Adriane, por todo o apoio, incentivo e dedicação que tiveram comigo durante toda a minha caminhada.

Meus agradecimentos também ao professor orientador Diego Dal Bosco Almeida por toda a contribuição e dedicação para comigo e para com meus colegas. Por todo o apoio dado desde a formulação do tema até o resultado final desta pesquisa. Concluo mais esta etapa sabido de que muito aprendi e tendo a certeza de que muito desse aprendizado levarei para toda a vida.

Não posso deixar de agradecer, ainda, a todo o corpo docente do Curso de História da UNISC que grandemente contribuíram para minha formação, tanto como professor, pesquisador e como pessoa. E claro, que não poderia deixar de dizer muito obrigado aos meus amigos Angélica, Eloina e Lucas, por todas as demonstrações de amizade e carinho durante os quatro anos de universidade. Obrigado também ao Gustavo e Mariele, pela amizade e pelas conversas sobre o TCC, que muito contribuiu para esta pesquisa.

Enfim, a todos que fizeram parte da minha vida acadêmica, o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente estudo aborda o contexto político e social dos primeiros anos da década de 1960, que vai da instauração do sistema parlamentarista como forma de governo no Brasil até a realização de um plebiscito, a fim de aferir junto à população sobre qual modelo governamental deveria ser adotado no país: parlamentarismo ou presidencialismo. Neste sentido, apresenta-se um histórico de como a fórmula parlamentarista funcionou durante a primeira fase do governo João Goulart (1961 e 1963). Seguido de uma ênfase dos atores políticos e das articulações político-partidárias que atuaram na antecipação e na campanha do plebiscito, seja de forma favorável ou contrária. Com este intuito, o presente trabalho analisa a imprensa da época, no caso o jornal *Gazeta do Sul*, entre agosto de 1961 e janeiro de 1963, procurando enfatizar suas posições políticas e evidenciando as “vozes” que mais tiveram ressonância em suas publicações. Desta forma, a presente pesquisa compreende o jornal de duas maneiras: como forma de acesso aos acontecimentos de uma época e como “ator político” de influência nos meios em que circulava.

Palavras-chave: plebiscito, parlamentarismo, presidencialismo, imprensa, ator político.

ABSTRACT

The present study approaches the political and social context of the early 1960s, Which goes from the establishment of the parliamentary system how a form of government in Brazil until the realization of a plebiscite, in order to assess with the population on which government model should be adopted in the country, parliamentarism or presidentialism. In this sense, a history of how the parliamentary formula worked during the first phase of the João Goulart government (1961 and 1963) is presented. Followed an emphasis of the political actors and the political-partisan articulations that acted in the anticipation and the campaign of the plebiscite, is of favorable or opposite form. With this aim, the present paper analyzes the press of the time, in the case of the newspaper Gazeta do Sul, between August of 1961 and January of 1963, trying to emphasize its political positions and evidencing the "voices" that had more resonance in their publications. In this way, the present research comprises the newspaper in two ways: how a way of accessing the events of a time and as a "political actor" of influence in the media in which it circulated.

Keywords: plebiscite, parliamentarism, presidentialism, press, political actor.

LISTA DE ABREVIATURAS

CGT	Comando Geral Dos Trabalhadores
CPC	Centro Popular De Cultura
DHBB	Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
ONU	Organização Das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista Do Brasil
PL	Partido Libertador
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional de Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 O SISTEMA PARLAMENTARISTA EM PERSPECTIVA	12
1.1 O sistema parlamentarista na perspectiva global.....	12
1.2 A experiência parlamentarista no Brasil.....	17
1.3 O parlamentarismo na perspectiva da crise institucional de 1961	19
1.4 A imprensa como ator político: da emenda parlamentarista ao plebiscito.....	27
2 A EMENDA PARLAMENTARISTA: ENTUSIASMO E INSATISFAÇÃO NAS PÁGINAS DA GAZETA DO SUL	29
2.1 Os atores políticos “sobem” ao palco: visões da emenda parlamentarista nas páginas do jornal <i>Gazeta do Sul</i>	29
2.2 O problema da inflação e a ameaça comunista nos editoriais da <i>Gazeta do Sul</i>	40
3 O PLEBISCITO DE 1963: DA CAMPANHA PELA ANTECIPAÇÃO À REVOGAÇÃO DO ATO ADICIONAL	47
3.1 Os gabinetes parlamentaristas e a campanha pela antecipação do plebiscito	47
3.2 Brizola e a “cruzada” em favor do presidencialismo	55
3.3 A Tese Mangabeira e a possibilidade de suspensão do plebiscito	57
3.4 A vitória do presidencialismo no plebiscito: “um estrondoso triunfo” para João Goulart.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

Em 1949, o então deputado federal pelo Rio Grande do Sul e líder do Partido Libertador (PL) Raul Pilla,¹ lançou o livro “Catecismo Parlamentarista”, que a partir da sua segunda edição passou a ser intitulado de “Parlamentarismo ao Alcance de Todos”. Durante toda a sua carreira política, Pilla caracterizou-se por ser um histórico defensor do sistema parlamentarista como forma de governo para o Brasil. Na referida obra, Raul Pilla realizou em nome do Partido Libertador uma defesa desta fórmula governamental em contraponto ao presidencialismo, modelo adotado no país desde a proclamação da República em 1889, e considerado pelo partido como responsável pela desordem da vida nacional. Dizia Raul Pilla, que o parlamentarismo, diferentemente do presidencialismo, exige a responsabilidade dos governantes pelos seus atos. Além disso, defendia a tese de que o presidente da República não poderia ser duas coisas ao mesmo tempo, chefe de Estado e chefe de Governo, acreditando que dificilmente alguém poderia desempenhar tais funções ao mesmo tempo, de modo satisfatório.²

A discussão em torno do mais adequado modelo de governo, como fez Raul Pilla, é sempre atual, principalmente em momentos de crises política-institucional como a que se depara o Brasil na atualidade. Possivelmente, em todos os momentos políticos em que há a renúncia do presidente ou um processo *impeachment*, como o ocorrido com Dilma Rousseff em 2016, a discussão acerca da solidez do sistema presidencialista é posta em questão, sobretudo, nos meios políticos. Este trabalho, no entanto, não pretende realizar uma defesa do parlamentarismo ou do presidencialismo, mas apresentar um histórico de que como o sistema parlamentarista operou durante a primeira fase do governo João Goulart (1961-1963) e quais fatores e personagens contribuíram para antecipação do plebiscito e para a restauração do sistema presidencialista. Diante desta perspectiva, o presente estudo procura responder a seguinte questão: quais atores políticos e quais articulações político-partidárias figuraram nas

¹ Raul Pilla (Porto Alegre, 1892). Graduou-se médico em 1915. Ainda muito jovem mostrou sua vocação política, assumindo aos 17 anos o cargo de secretário do diretório central do Partido Federalista. Em março de 1928, Raul Pilla e Assis Brasil, representando a direção provisória da Aliança Libertadora, convocaram um congresso da agremiação em Bagé, que resultou na fundação do Partido Libertador (PL). Atuou como deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1946 a 1967. Desde a constitucionalização em 1945, apresentou diversas propostas para adoção do sistema parlamentarista, sendo um dos principais defensores desse modelo político. Ver mais em: DHBB – FGV/CPDOC.

² PILLA, Raul. *Parlamentarismo ao alcance de todos*. 3. ed. Brasília: FUNCEP, 1987, 56 p.

páginas do jornal *Gazeta do Sul* entre 1961 e 1963 e como estes posicionaram-se quanto a realização do plebiscito de 1963?

Procurando responder ao problema proposto neste trabalho percorre-se pelos seguintes objetivos: I) apresentar uma perspectiva histórica do sistema parlamentarista de governo, contextualizando com os acontecimentos políticos e sociais do início da década de 60 no Brasil; II) discorrer sobre as manifestações favoráveis e contrárias à emenda parlamentarista, evidenciando os atores políticos e as posições político-partidárias que sobre ela opinaram por meio da *Gazeta do Sul*; III) analisar o cenário da antecipação do plebiscito à revogação da emenda parlamentarista, perpassando pelas posições político-partidárias favoráveis ou contrárias à consulta popular.

Antes de mais nada, é necessário assinalar que nesta pesquisa, a imprensa, no caso o jornal da *Gazeta do Sul*, de Santa Cruz do Sul, foi utilizado a partir de duas possibilidades. A primeira compreende a utilização deste meio de comunicação como uma das formas de acessar os acontecimentos de determinada época. Vale mencionar, no entanto, que estes acontecimentos estiveram condicionados a ótica do jornal e de determinados emissores, não sendo, portanto, isentos de posições político-partidárias. A segunda, é a possibilidade de entender a imprensa como um “ator político”, que denota em suas publicações, seus posicionamentos e opiniões, que, de certa forma, influenciam às ideias de seus leitores. Tais possibilidades cruzaram-se durante todo o processo metodológico de análise da imprensa.

Os passos operacionalizados para efetuar a pesquisa deste trabalho estiveram baseados no recurso da “análise de conteúdo” de Laurence Bardin,³ que segundo a pesquisadora é um conjunto de técnicas para a análise das comunicações, sendo na verdade, não um instrumento, mas um conjunto de apetrechos, adaptáveis ao vasto campo das comunicações.⁴ Desta forma, sendo um modelo adaptável, a “análise de conteúdo” de Bardin foi adequado às necessidades e às possibilidades desta pesquisa, que utiliza-se de um meio de comunicação como fonte histórica, no caso o jornal *Gazeta do Sul*.

A aplicação deste processo metodológico aconteceu em diferentes etapas, sendo a primeira delas a chamada “leitura flutuante”, que trata-se do contato inicial com as fontes, no qual foi possível formular os primeiros objetivos e as primeiras hipóteses do estudo. Após realizou-se a coleta de material, no qual foram fotografadas as páginas das edições do jornal

³ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

⁴ *Ibidem*, p. 37.

Gazeta do Sul, publicadas entre agosto de 1961 a janeiro de 1963. Vale mencionar, que os volumes do referido periódico estão disponíveis para consulta no Centro de Documentação e Memória da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEDOC-UNISC). Finalizada esta parte, os materiais fotografados no acervo foram organizados em pastas no computador e classificados em: editoriais, colunas de opinião, publicações a pedido, notícias nacionais, notícias estaduais, notícias locais e resultados do plebiscito. Concluído o processo de organização dos documentos em categorias, estes receberam indicadores, planejados de maneira que as publicações do jornal ficassem dispostas em ordem cronológica. Desta forma, adotou-se um indicador para cada categoria. Os documentos pertencentes a categoria *Editoriais*, por exemplo, receberam o prefixo ED seguido do ano da publicação (ex: ED61). O indicador continua com a definição do mês e dia de publicação, exemplo: M09 (mês setembro) e D05 (dia 05). Desta forma, o editorial publicado pelo jornal *Gazeta do Sul* em 05 de setembro de 1961 recebeu o indicar E61 M09 D05. Tais códigos permitiram uma fácil e rápida localização das publicações dentro das diversas categorias separadas em pastas. Com todos os indicadores organizados, iniciou-se o trabalho de transcrição dos documentos para arquivos de um editor de texto.

O método da “análise de conteúdo” oportunizou a esta pesquisa o desvendar crítico do jornal *Gazeta do Sul*, possibilitando que este fosse visto como um dispositivo de intervenção das ideias sociais. A partir dos resultados alcançados com o método, foi possível estabelecer a divisão dos três capítulos desse trabalho, que procuram atingir os objetivos já descritos e que foram formulados com base nas respostas obtidas por meio da análise do conteúdo do jornal *Gazeta do Sul*.

O primeiro capítulo divide-se em quatro partes, que dialogam entre si. Primeiramente, entende-se que para mensurar as posições favoráveis ou contrárias ao sistema parlamentarista é preciso realizar uma incursão sobre o histórico deste sistema de governo e de que maneira este foi aplicado em alguns momentos da história brasileira, sendo este os temas das duas primeiras subdivisões. Na terceira parte do capítulo, a fim de não retratar o plebiscito de 1963 como algo isolado na história, apresenta-se uma revisão bibliográfica da crise político-institucional que ocasionou a instauração do sistema parlamentarista em substituição ao presidencialismo, estando este contexto ligado a realização da consulta popular. Não obstante, apresenta-se também uma perspectiva da imprensa nacional, com foco no jornal *Gazeta do Sul*, a fim de apontar a atuação deste no período que vai da adoção da emenda parlamentarista até a reversão desta por meio do plebiscito.

O segundo capítulo, por sua vez, aborda a aceitação da emenda parlamentarista nos meios sociais e políticos, com a finalidade de contribuir para o entendimento de como esta aceitação refletiu-se no resultado do plebiscito. Além do mais, discute-se também de que maneira a emenda foi interpretada pela *Gazeta do Sul* como meio de solucionar o problema da inflação e também como forma de impedir uma possível ameaça comunista no país.

Realizadas todas essas incursões necessárias para o entendimento do plebiscito de 1963, o capítulo três, irá, justamente, tratar sobre este momento da história política nacional, que no caso, é o objetivo central deste estudo. Sendo também dividido em quatro partes, a primeira delas contextualiza referências bibliográficas e fonte empírica, a fim de apresentar o processo de antecipação do plebiscito, o qual esteve inserido em cenário de crise dos gabinetes parlamentaristas. A segunda parte, por sua vez, aborda a inserção de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, no contexto da campanha em favor da restauração do presidencialismo. No terceiro momento do capítulo, a possibilidade de suspensão da consulta popular representa o tema principal desta subdivisão. Por último, a atuação dos meios sociais e dos partidos políticos na campanha do plebiscito, bem como os resultados deste em nível local, estadual e nacional, constituem o foco principal da seção.

Por fim, é preponderante mencionar a pertinência deste estudo, já que existe uma quase ausência de pesquisas específicas sobre o plebiscito de 1963. Na pesquisa bibliográfica realizada encontrou-se apenas um trabalho específico sobre o plebiscito de autoria de Demian Bezerra de Melo.⁵ Sendo assim, este estudo pode contribuir para novos entendimentos acerca do cenário político dos primeiros anos da década de sessenta e especialmente sobre o plebiscito de 1963. Além disso, possibilita uma reflexão, em meio à crise política com qual se depara o país, sobre os processos democráticos da nação em outros momentos da história.

⁵ MELO, Demian Bezerra de. O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta. 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

1 O SISTEMA PARLAMENTARISTA EM PERSPECTIVA

Para compreender o plebiscito de janeiro de 1963 é necessário entender o contexto político, econômico e social dos anos que o antecederam. Afinal, é preciso levar em conta que a mudança do sistema governamental e a realização de tal consulta popular encontram-se inseridas em um cenário de crise institucional, ocasionada pela renúncia do presidente Jânio Quadros e pela tentativa de se impedir a posse de João Goulart na presidência. Sendo assim, não se pode pensar o plebiscito como um fato isolado. É substancial olhar para os acontecimentos que o antecederam, sendo, portanto, este o objetivo principal deste capítulo.

Além disso, e antes de mais nada, é imprescindível pensar a formação histórica do sistema parlamentarista e como ele operou no Brasil e na América Latina, possibilitando, a partir disso, compreender, em partes, o resultado do plebiscito. É, portanto, indispensável pensar as características do parlamentarismo e em que situações ele se difere ou se aproxima do modelo presidencialista, procurando identificar fatores de ligação dos brasileiros com estes dois sistemas políticos.

E não menos importante, deve-se também, pensar o papel da imprensa neste contexto de crise política e econômica e de que maneira ela operou como ator político nos meios sociais, principalmente no que diz respeito a emenda parlamentarista e a realização do plebiscito.

Em suma, não se pode pensar o plebiscito de 06 de janeiro de 1963 sem antes “viajar” por esses três “espaços”.

1.1 O sistema parlamentarista na perspectiva global

O modelo de governo parlamentarista foi uma lenta e gradual criação da história política inglesa. Dadas as suas complexidades, esse sistema sofreu, durante o longo do tempo, diversas modificações, sendo adaptado a diferentes épocas e espaços. Antônio Kurtz Amantino⁶ resume a história do parlamentarismo em três fases: *1ª fase*: governo exercido por um monarca, responsável por todo os procedimentos políticos; *2ª fase*: surge uma assembleia

⁶ AMANTINO, Antônio Kurtz. *Presidencialismo x parlamentarismo*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1992.

que contesta a primazia do rei; 3ª fase: a assembleia assume a responsabilidade pela governabilidade, atuando como Parlamento e retirando do monarca uma série de poderes.⁷

Os primeiros sinais do surgimento do parlamentarismo aconteceram na Inglaterra, durante o século XIII. Grupos de barões feudais e membros da Igreja exigiram mais direitos frente à monarquia, oficializando-se as primeiras reuniões, denominadas de *curia* ou *consilium regis*. Em 1265, pela primeira vez, serão convocados representantes das cidades a integrarem essas reuniões, neste caso, cada cidade estaria representada por dois cavaleiros e dois burgueses. Já em 1332, esses conselhos, agora denominados como *parlamentum*, foram separados em duas câmaras, a dos Lordes (nobres) e Comuns (plebeus), formando o Parlamento bicameral. A principal função das assembleias parlamentares era dar consentimento ao imposto, sendo dissolvidas após cumprirem suas funções.

Malrizio Cotta⁸ explica que, a “descentralização da autoridade, que é resultado da organização feudal, faz surgir a necessidade da ação compensatória de um elemento unificador”,⁹ no caso o parlamento. No entanto, com a passagem do medievo para a modernidade, surgem as monarquias, que com suas características centralizadoras e autoritárias, enfraquecem o poder das assembleias parlamentares, que encontraram dificuldades de equilíbrio. Nesse sentido, Cotta releva que para o bom funcionamento do parlamentarismo é necessário que haja um equilíbrio entre as forças de poder, o que de fato, faltou para a maior parte dos parlamentos do período:

O nascimento e desenvolvimento das instituições parlamentares dependem, portanto, de um delicado equilíbrio de forças entre o poder central e os poderes periféricos. Onde o poder central goza de uma significativa preponderância, graças à disponibilidade autônoma de bases do poder, as instituições parlamentares vingam mal e dificilmente prosperam. Mas tampouco na situação oposta, ou seja, onde são, ao contrário, os poderes periféricos que prevalecem, existem condições para a consolidação dos Parlamentos; falta, na verdade, um estímulo que leve as várias forças do país a se unirem de forma duradoura. Neste caso, a linha de desenvolvimento mais frequente é a da fragmentação política. As assembleias parlamentares tornam-se então, na prática, assembleias de enviados de entidades políticas autônomas, sem consciência unitária de uma representação nacional.¹⁰

⁷ AMANTINO, 1992, p. 51.

⁸ COTTA, Malrizio. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1998, p. 870-888.

⁹ *Ibidem*, p. 878.

¹⁰ *Ibidem*, 1998, p. 879.

Neste período, somente o parlamentarismo inglês conseguiu se sobressair. Em 1688, Jaime III foi deposto devido a desentendimentos com a monarquia. Este acontecimento fez parte da *Revolução Gloriosa*, importante etapa no desenvolvimento do parlamentarismo. Os monarcas Guilherme III e Maria, foram coroados pelo Parlamento, acabando com a teoria do direito divino dos reis. Embora constituindo-se como uma monarquia representativa, o regime inglês ainda não possuía a essência do sistema parlamentarista, já que os membros do gabinete permaneciam subalternos ao monarca e não eram politicamente responsáveis perante o Parlamento.

Só a partir de 1714 que o sistema parlamentarista se estruturou de melhor forma. A ascensão de Jorge I, um príncipe alemão e pouco interessado com as questões do trono inglês, fez com que aumentasse a responsabilidades dos ministros pela administração pública. Anos mais tarde, surgiu a figura do primeiro-ministro, estabelecendo-se a divisão entre chefia de governo e chefia de Estado.

O parlamentarismo, para Antônio Kurtz Amantino,¹¹ será o precedente da democracia inglesa. Conforme o historiador:

O regime presidencialista precedeu a democracia. O Parlamento surgiu como um órgão de representação da aristocracia. Só após um longo período histórico, através de sucessivas reformas, a representação no Parlamento inglês foi se ampliando, até atingir o sufrágio universal em 1918 (o voto feminino foi aprovado em 1928), transformando o regime político inglês numa democracia.¹²

Depois da Primeira Guerra Mundial e com a derrota dos impérios absolutistas, o sistema parlamentarista foi adotado por uma série de países, como Alemanha, Áustria, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia e Turquia. Já após, o final da Segunda Guerra Mundial, vários dos países que estavam sob regime fascista, voltaram ou passaram a adotar a fórmula parlamentarista, dentre eles Áustria (1945), França (1946), Japão e Itália (1947) e Alemanha (1949).¹³

Atualmente as nações mais desenvolvidas do mundo – com exceção dos Estados Unidos da América –, adotam o modelo parlamentarista. Dentre os principais países em que vigora o parlamentarismo, estão: Inglaterra, Alemanha, França, Itália, Japão, Finlândia,

¹¹ AMANTINO, 1992, p. 56.

¹² Ibidem, 1992, p. 56.

¹³ KEINERT, Ruben Cesar. *O que é parlamentarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 64.

Dinamarca, Noruega, Suécia, Áustria, Bélgica, Holanda, Espanha, Portugal, Grécia, Canadá, Austrália, e Nova Zelândia.¹⁴ No continente americano, por exemplo, somente o Canadá tem como modelo de governo, o parlamentarismo. Nos Estados Unidos e em toda a América Latina há predominância do sistema presidencialista, criado, aliás, pelos norte-americanos em 1789. Para Antônio Kurtz Amantino,¹⁵ o adequado funcionamento do presidencialismo nos Estados Unidos é uma exceção. Na América Latina – e aqui está incluso o Brasil, como país latino-americano que é¹⁶ –, a situação é diferente. Em um cenário, no qual prevalecem os traços oligárquicos, as intervenções militares e a instabilidade política, pode-se dizer que o presidencialismo encontra dificuldades para operar sem que, eventualmente, crises institucionais o desestabilize. As diferenças ideológicas entre os partidos, a fusão da chefia de Estado e de governo, a presença de Executivos sem o apoio necessário e a rigidez dos mandatos presidenciais e parlamentares, dificultam a articulação de crises políticas sem que ocorram graves prejuízos.¹⁷

A fórmula parlamentarista, em sua base, se caracteriza pela existência de um modelo executivo duplo, dividido entre o chefe de governo (primeiro-ministro) e o chefe de Estado (monarca ou presidente). Ao primeiro-ministro, também chamado de chanceler, *premier* ou presidente do Conselho de Ministros, correspondem as funções administrativas do governo, ficando livre das incumbências representativas de Estado. Em geral, o primeiro-ministro é nomeado pelo chefe de Estado, sendo mais comum que este seja um membro do Parlamento. Neste sistema, é indispensável para o primeiro-ministro manter um adequado e conveniente relacionamento com os demais parlamentares e com líderes de outros partidos, já que necessita do apoio destes para governar. Os chefes de Estado, por sua vez, possuem poderes limitados nos modelos parlamentaristas. As suas atribuições são a de nomear o primeiro-ministro e de demiti-lo se este perder a confiança do Parlamento, além de convocar novas eleições parlamentares e de representar o país junto às outras nações.

¹⁴ SENADO. Cartilha da Frente Parlamentarista. Disponível em:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/06/01/cartilha-da-frente-parlamentarista/>>. Acesso 21 out. 2016.

¹⁵ AMANTINO, 1992, p. 94-96.

¹⁶ Foi após a Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria que o Brasil passou a ser reconhecido pelos Estados Unidos, pela Europa e pelo resto do mundo como parte integrante da América Latina, conceito criado pelos franceses e que antes era sinônimo de América Espanhola. No entanto, até hoje existe uma dificuldade do Brasil se reconhecer como parte integrante da América Latina. Nas últimas décadas, por exemplo, o país tem despontado como uma potência regional, em termos políticos e econômicos. A região, na qual o Brasil atua como liderança, porém, mais uma vez não é a América Latina, mas a América do Sul. Ver mais sobre o conceito de América Latina e a inclusão do Brasil no bloco, em: BETHELL, Leslie. *O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica*, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n44/v22n44a01.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

¹⁷ AMANTINO, 1992, p. 94-96.

Outra característica do sistema parlamentarista, diferentemente do presidencialismo, é a necessidade de existir uma responsabilidade compartilhada entre os poderes, que devem atuar em contato permanente, aprovando ou reprovando projetos importantes somente após debates e consultas. Neste caso, não é possível haver tendências opostas entre Executivo e Legislativo, pois o não entendimento entre os poderes acarretaria na dissolução do gabinete ou na convocação de novas eleições parlamentares. Neste sentido, afirma Antônio Kurtz Amantino:¹⁸

Num sistema de governo parlamentarista, dizem seus adeptos, existiria uma cadeia de responsabilidade, envolvendo o povo, seus representantes e o governo. O governo é responsável perante o Parlamento; nasce de sua confiança e deixa de existir quando a perde. O Parlamento, por sua vez, é responsável perante o povo. Não sendo assim, como já dizia Raul Pilla, o povo seria soberano apenas no dia da eleição.¹⁹

Analisando a citação acima, percebe-se uma crítica à irresponsabilidade política do sistema presidencialista. Ao referenciar, Raul Pilla, um dos líderes do movimento parlamentarista no Brasil, Antônio Kurtz Amantino²⁰ faz uma crítica ao presidencialismo, que só daria voz ao povo no dia da eleição, ficando a população, na posterioridade, impedida de destituir os políticos eleitos. Neste caso, é feita alusão ao fato de que o chefe de Estado, só é afastado com a comprovação de crimes de responsabilidade, mesmo que este tenha grandes índices de reprovação entre a população e a quase ausência de apoio no Parlamento. Além disso, o sistema presidencialista, permite, na visão do autor, que deputados também atuem de forma irresponsável, pois estes não correm riscos de terem seus mandatos revogados, podendo atuarem de forma eleitoreira e populista.²¹ É possível perceber, que Antônio Kurtz Amantino, tende a fazer uma defesa ao sistema parlamentarista, parecendo demonstrar que a consolidação e estabilidade do regime democrático brasileiro seria favorecido pela adoção do parlamentarismo. No entanto, a posição apresentada por este autor, não necessariamente é a mesma deste trabalho, que não procura discutir qual dos modelos de governo é o mais adequado, mas de que maneira transcorreram as experiências parlamentaristas no Brasil, sobretudo no período de 1961 a 1963.

¹⁸ AMANTINO, 1992, p. 76.

¹⁹ Ibidem, p. 76.

²⁰ AMANTINO, 1992, p. 75.

²¹ Ibidem, p. 75.

Não obstante a presença do sistema parlamentarista em vários países e suas respectivas experiências concretas, é necessário pensar como o Brasil encarou internamente a adoção do sistema parlamentarista, nas vezes em que tentou-se implantar no país este modelo de governo.

1.2 A experiência parlamentarista no Brasil

No Brasil, a discussão sobre a adoção do regime parlamentarista se fez presente em algumas fases de sua história política. Desde que este sistema foi substituído pelo presidencialismo, após a instituição do modelo republicano, diversos estudos e projetos para o retorno do parlamentarismo foram criados. Além do mais, parece que, nas vezes em que ocorre uma crise política institucional no país, como a vivida nos dias de hoje e no governo de Dilma Rousseff (PT), a discussão acerca da adoção do parlamentarismo ressurgiu nos meios políticos.²² Para a comprovação disto basta direcionar o olhar para alguns momentos históricos do Brasil. Em 1961, o parlamentarismo surgiu como solução para uma forte crise política, vigorando por um breve período; trinta e dois anos depois, mais precisamente em 1993, um plebiscito foi realizado para que o povo escolhesse entre República ou Monarquia e Presidencialismo ou Parlamentarismo. Os resultados apontaram pela preferência ao modelo republicano com 66% dos votos e presidencialista com 56%. O regime monárquico, por sua vez, contabilizou apenas 10% dos votos, ficando atrás da soma dos votos brancos e nulos. Já o sistema parlamentarista, alcançou 25% da votação, com uma desvantagem de mais de 20 milhões de votos perante a opção presidencialista (36.685.630 x 16.415.585)²³. Por fim, em março de 2016, uma nova proposta para adoção do parlamentarismo – mesclando características do presidencialismo –, foi apresentada no Senado Federal, pelo senador Aloysio Nunes (PSDB-SP). De acordo com o portal *O Estadão*, o governo seria chefiado pelo primeiro-ministro, indicado pela maioria da Câmara dos Deputados. Já o Presidente da República, eleito pelo voto popular, seria o Chefe de Estado, com a responsabilidade de ratificar tratados internacionais em nome do país. O novo sistema proposto seria semelhante

²² Uma rápida pesquisa no meio virtual evidenciou que entre março a maio de 2016 diversos portais de notícias informaram a proposta de adoção do parlamentarismo no Brasil a partir da proposta do senador do PSDB, Aloysio Nunes, com o apoio do atual Ministro de Relações Internacionais, José Serra, também do PSDB. No início de maio, o então vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB), afirmou estar de acordo com a proposta apresentada pelo PSDB, que visa implantar o sistema parlamentarista a partir de 2018.

²³ BRASIL. *Plebiscito de 1993*. Brasília-DF: TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/plebiscito-de-1993/>>. Acesso 12 out. 2016.

ao de países como Portugal e França, em que o presidente tem mais poderes do que num regime parlamentarista puro.²⁴

Antes da experiência parlamentarista de 1961, o Brasil experimentou durante o período Imperial, uma espécie de parlamentarismo, mas que não pode ser compreendido no sentido real da expressão, como destaca Boris Fausto.²⁵ Primeiramente, pelo fato de que a Constituição de 1824 não pode ser considerada de teor parlamentarista, já que o poder Executivo era chefiado pelo Imperador e exercido por ministros nomeados por ele, característica contrária às práticas do parlamentarismo. Segundo Fausto, uma fórmula restrita do parlamentarismo foi se desenvolvendo a partir de 1847, quando foi estabelecido um decreto que criou o cargo de presidente do Conselho de Ministros, designado pelo imperador. A ele caberia liderar um Conselho de Ministros ou gabinete, responsável pelo Poder Executivo e pela administração do Império. Para o funcionamento desse sistema, era necessário que houvesse um entendimento entre o gabinete, a Câmara e o Imperador, e nesse ponto, o modelo aproximava-se da prática parlamentarista. No entanto, o Imperador continuou detendo uma série de atribuições e poderes através do Poder Moderador,²⁶ o que discernia o modelo brasileiro do verdadeiro sistema parlamentarista.²⁷ Nos casos em que o gabinete de ministros não contava com o apoio da Câmara, o Imperador utilizava-se do Poder Moderador, para dissolver a Câmara, convocando novas eleições, que com base no poder do governo, elegia um parlamento que harmonizava com o gabinete ministerial.

Num período de cinquenta anos, houve a sucessão de 36 gabinetes, o que pode ser interpretado como uma grande instabilidade, mas de acordo com Fausto:

[...] não era bem isso que ocorria. Na verdade, tratava-se de um sistema flexível que permitia o rodízio dos principais partidos no governo, sem

²⁴ Ver reportagem completa em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,senador-tucano-apresenta-pec-que-institui-parlamentarismo-no-brasil,10000020382/>>. Acesso 12 out. 2016.

²⁵ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 9. ed. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 179.

²⁶ Conforme Boris Fausto: “O Poder Moderador provinha de uma ideia do escritor francês Benjamin Constant, cujos livros eram lidos por Dom Pedro e por muitos políticos da época. Benjamin Constant defendia a separação entre o Poder Executivo, cujas atribuições caberiam aos ministros do rei, e o poder propriamente imperial, chamado de neutro ou moderador. O rei não interviria na política e na administração do dia-a-dia e teria o papel de moderar as disputas mais sérias e gerais, interpretando “a vontade e o interesse nacional.

No Brasil, o Poder Moderador não foi tão claramente separado do Executivo. Disso resultou uma concentração de atribuições nas mãos do Imperador. Pelos princípios constitucionais do Poder Moderador, a pessoa do Imperador foi considerada inviolável e sagrada, não estando sujeita a responsabilidade alguma. Cabia a ele, entre outros pontos, a nomeação dos senadores, a faculdade de dissolver a Câmara, convocando eleições para outra que a substituísse, o direito de aprovar ou vetar as decisões da Câmara e do Senado”. Consultar: FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 81-82.

²⁷ FAUSTO, 1995, p. 179.

maiores traumas. Para quem estivesse na oposição, havia sempre a esperança de ser chamado a governar. Assim, os recursos às armas se tornou desnecessário.²⁸

Se este modelo – que guardava poucas características do sistema parlamentarista –, evitou que armas fossem utilizadas em disputas pelo poderio político, o parlamentarismo, agora mais próximo do que poderia se chamar de oficial, evitaria mais uma vez, que estas armas fossem acionadas. A fórmula parlamentarista, seria, portanto, a solução encontrada, no ano de 1961, para resguardar a população da iminente guerra civil.

1.3 O parlamentarismo na perspectiva da crise institucional de 1961

O parlamentarismo voltou a vigorar no Brasil, de forma casuística em 1961, após um conturbado período de crise política. No contexto da época, o então presidente Jânio Quadros²⁹ enfrentava numerosos problemas de administração pública. O mais grave deles, a inflação, que aumentava em níveis preocupantes. Como forma de estabilizar a economia, Jânio adotou um pacote de medidas ortodoxas, que incluía uma forte desvalorização cambial, controle dos gastos públicos e expansão monetária. Os subsídios para a importação de trigo e petróleo foram reduzidos, o que acarretou na duplicação do preço do pão e dos combustíveis, gerando um grande aumento no valor do transporte público.

O fracasso de suas medidas econômicas aliadas a sua política externa aventureira, relativamente mais próxima de Cuba e do Bloco Soviético, que ficou conhecida como política externa independente, causava a indignação de conservadores. Carlos Lacerda,³⁰ então

²⁸ FAUSTO, 1995, p. 180.

²⁹ *Jânio da Silva Quadros* (Campo Grande, 25 de janeiro de 1917). Filho do médico paranaense Gabriel Quadros e de Leonor da Silva Quadros. Atuou como professor e bacharelou-se em Direito. Em 1948 preencheu uma das vagas na Câmara de Vereadores de São Paulo. Seu trabalho como vereador foi muito decisivo para projetá-lo na vida política paulista. Com um estilo particular de oratória, sempre mal vestido e despenteado, encampava as reivindicações populares, visitando bairros pobres, assinando manifestos, escrevendo artigos para jornais e defendendo grande número de proposições, requerimentos e projetos de lei. Seu prestígio cresceu tanto que em outubro de 1950 foi eleito deputado estadual, concorrendo novamente pelo PDC (Partido Democrata Cristão). Em 1953, Jânio venceu a campanha pela prefeitura paulistana por larga margem. Em 1954, elegeu-se governador do Estado de São Paulo, dessa vez pela legenda do PTN (Partido Trabalhista Nacional). Pelo mesmo partido, elegeu-se para a Presidência da República, em 1960, através de uma campanha que prometia “varrer” a sujeira da administração pública. Sem apoio político, renunciou ao cargo em agosto de 1961. Entre 1986 a 1988 voltou a administrar a cidade de São Paulo. Faleceu em 16 de fevereiro de 1992. Ver mais em: DHBB – FGV/CPDOC.

³⁰ *Carlos Frederico Werneck de Lacerda*, embora registrado em Vassouras (RJ), nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 30 de abril de 1914, filho de Maurício Paiva de Lacerda e de Olga Werneck de Lacerda. Iniciou sua carreira profissional em 1929, escrevendo artigos para o Diário de Notícias, publicados numa seção dirigida por Cecília Meireles. Em 1934, aproximou-se da Federação da Juventude Comunista, órgão do PCB. Em 1946 filou-se a UDN, sendo eleito vereador pelo Distrito Federal no ano seguinte. No final de 1949, fundou o

governador de Guanabara, liderou o ataque à Jânio Quadros, colocando-o em desprestígio frente às camadas médias urbanas e aos militares. Lacerda passou a fazer duros ataques ao presidente através do rádio e da televisão.

Na noite de 24 de agosto de 1961, Lacerda [...] fez um discurso, transmitido pelo rádio, denunciando uma tentativa de golpe janista articulado pelo ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta. Estranhamente, teria sido convidado a aderir a ele. Pedroso Horta negou a acusação. Logo no dia seguinte, Jânio renunciou à presidência da República, comunicando a decisão ao Congresso Nacional.³¹

A renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, causou surpresa a todos, mas não alterou em nada a postura do Congresso, que prontamente a aceitou. O historiador Thomas Skidmore,³² definiu a atitude de Jânio como “um erro de cálculo”, visto que, com sua tentativa de renúncia, esperava assumir novos poderes presidenciais. Jânio Quadros considerava-se imprescindível para o país, e talvez por isso, acreditou que o Congresso e os militares não teriam outra opção senão solicitar que continuasse como presidente, concordando com todas as suas medidas governamentais. No entanto, a sucessão seria considerada um caso à parte, e logo estes grupos encontrariam uma solução para o problema, mas que não foi, pura e simplesmente, concordar com a posse do vice-presidente João Goulart, o primeiro na linha de sucessão.

Embora a Constituição brasileira de 1946 não deixasse dúvidas de quem deveria assumir a presidência, um movimento de iniciativa dos setores militares, que viam em João Goulart o retorno do getulismo e uma brecha de entrada para o comunismo, tentaram impedir junto ao Congresso a posse do vice-presidente no mais alto escalão da República. Curiosamente, em meio a essa grave crise política, Jango encontrava-se ausente no país. Viajara à China Comunista, elemento carregado de simbolismo para época, o que aumentava os temores de grupos conservadores e servia, ainda, como mais um argumento para impedir a investidura de João Goulart na presidência.

seu próprio jornal, a Tribuna da Imprensa, de onde comandou uma campanha implacável contra o presidente Getúlio Vargas. Em 1955 ganhou a fama de “demolidor de presidentes”, quando assumiu a liderança civil do movimento que tentou impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. Em 24 de agosto de 1961, denunciou uma suposta manobra golpista do presidente Jânio Quadros, provocando sua renúncia no dia seguinte. A fama de “demolir” cresceu ainda mais ao tentar impedir a posse do vice-presidente João Goulart na Presidência do país. Atuou como deputado federal pelo Distrito Federal de 1955 a 1960. Em 1960 Lacerda foi empossado como primeiro governador da Guanabara-RJ.

³¹ FAUSTO, 1995, p. 440.

³² SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 248.

Mas afinal, quem foi João Goulart? João Belchior Marques Goulart – apelidado, desde a infância, como Jango –, nasceu em 1º de março de 1919, no município gaúcho de São Borja. Filho de estancieiros ligados à pecuária, formou-se em Direito no ano de 1939. Em 1945, ingressou no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) do Rio Grande do Sul, motivado por Getúlio Vargas, de quem Jango conquistou grande confiança.³³ Ao longo do tempo, mostrou-se “apto para costurar alianças e conciliar interesses dentro do partido, pois ascendeu, de forma evidente, pelas hostes do trabalhismo e conhecia a formação do PTB em sua gênese”.³⁴ A inserção de João Goulart na política nacional, ocorreu quando este presidiu o PTB, por escolha de Vargas, recaindo sobre ele a missão de reunificar o partido e de aumentar o diálogo com os setores sindicais e trabalhistas.³⁵ Jango cresceu nos bastidores da política. Em 1953, devido a sua influência nos meios sindicais, ocupou a pasta do Ministério do Trabalho no último governo de Vargas. No ano seguinte, em um cenário de pressões vindas de todos os lados, renunciou ao cargo, sendo acusado na ocasião, de ter firmado junto à Vargas e Perón a implantação de uma República sindicalista no Brasil.³⁶ Em 1º de maio de 1954, em seu discurso aos trabalhadores, Vargas anunciou a concessão do aumento de 100% do salário mínimo, conforme recomendação de João Goulart, ainda Ministro do Trabalho. Essa medida provocou um considerável estreitamento nas bases de apoio do governo, pois os setores que se sentiam prejudicados pelo aumento (empresários, setores médios, militares) engajaram-se na oposição. Dessa forma, em agosto de 1954 Getúlio Vargas estava efetivamente isolado, levando-o a cometer suicídio. A morte de Vargas atingiu Jango profundamente, levando-o a afastar-se da vida política por um tempo. Mais tarde, em 1956, foi empossado na vice-presidência ao lado do presidente eleito, Juscelino Kubitschek,³⁷ em meio há muitas restrições

³³ A biografia completa de João Goulart pode ser lida no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas, através do *link*: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart/>>. Acesso 10 out. 2016.

³⁴ ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Jango e Brizola: tão perto e tão longe (1961-1964)*. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2007, p. 21.

³⁵ *Ibidem*, p. 38.

³⁶ *Ibidem*, p. 44.

³⁷ *Juscelino Kubitschek de Oliveira* (Diamantina-MG, 1902). Filho de João César de Oliveira e de Júlia Kubitschek. Diplomou-se médico em dezembro de 1927. Ingressou na política em 1933, quando aceitou o convite do interventor estadual de Minas Gerais, Benedito Valadares, para ocupar a chefia do Gabinete Civil. Em abril de 1934, por influência de Valadares, filiou-se ao Partido Progressista de Minas Gerais (PP) com o objetivo de concorrer ao cargo de deputado federal nas eleições de outubro seguinte. Nas eleições de 14 de outubro, Juscelino obteve o maior número de votos dados a um candidato à Câmara Federal por Minas Gerais. Em 1938, foi escolhido por Valadares para assumir a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Em 1945, Juscelino participou ativamente dos trabalhos de criação do Partido Social Democrático (PSD). Entre 1946 a 1950, atuou novamente na Câmara Federal, representando seu Estado através da legenda do PSD. Nas eleições de 1950 foi eleito governador de Minas Gerais, onde ocupou o cargo de 1951 a 1955. Em 1955 foi eleito Presidente da República. A posse de Juscelino e do vice-presidente eleito João Goulart só foi garantida com um levante militar liderado pelo ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, que depôs o então presidente interino da República Carlos Luz. Em seu governo houve uma rápida industrialização, tendo como carro-chefe a indústria

de grupos militares e de membros da UDN (União Democrática Nacional). Os boatos de que era comunista, o fato de ser considerado herdeiro político de Getúlio Vargas e a sua ligação com grupos trabalhistas e sindicalistas, causavam apreensão nos meios conservadores. Os temores que a política de Jango oferecia, intensificaram-se ainda mais nos dias que seguiram a renúncia de Jânio Quadros.

Enquanto Ranieri Mazzilli,³⁸ presidente da Câmara dos Deputados, assumia provisoriamente o cargo presidencial, os ministros militares de Jânio, aproveitando a ausência de João Goulart no país, vetaram o retorno do petebista ao Brasil, com a justificativa de que Jango representava uma ameaça à segurança nacional. Os militares esperavam que o Congresso vetasse a posse de Jango, assim como ocorrera com Carlos Luz em 1955. Paralelo a isso, eclodia no sul do país, sob a condução de Leonel Brizola³⁹ – então governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango –, um movimento que visava garantir a posse de Goulart dentro do que previa a Constituição. Esse movimento ficou conhecido como Campanha da Legalidade.⁴⁰ Skidmore⁴¹ destaca, que Brizola percebeu rapidamente a posição decisiva do seu Estado na crise de sucessão, organizando apressadamente demonstrações populares na capital gaúcha, que reuniram milhares de pessoas na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini, em defesa da posse de Jango. Para impedir o golpe não bastava apenas mobilizar o

automobilística. Houve também um forte crescimento econômico, porém, com um significativo aumento das dívidas públicas interna e externa, bem como da inflação. Faleceu em 1976 vítima de um acidente automobilístico. Ver mais em: DHBB – FGV/CPDOC.

³⁸ *Pascoal Ranieri Mazzilli* (Caconde-SP, 1910). Em outubro de 1950, Mazzilli elegeu-se deputado federal por São Paulo na legenda do PSD, assumindo a liderança da bancada paulista do partido desde o início de seu mandato, em fevereiro de 1951. Atuou como parlamentar até 1967. Entre 1960 a 1964, na condição de Presidente da Câmara dos Deputados, assumiu o governo da República como Presidente Interino, por diversas ocasiões, a principal delas em agosto de 1961, após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, e estando, o vice-presidente, João Goulart impedido de assumir o cargo. Ver mais em: DHBB – FGV/CPDOC.

³⁹ *Leonel de Moura Brizola* nasceu em 22 de janeiro de 1922 no povoado de Cruzinha, no Rio Grande do Sul, que pertenceu à Passo Fundo até 1931, quando passou a jurisdição do município de Carazinho. Filho dos agricultores José de Oliveira Brizola e Oniva de Moura Brizola. Seu pai morreu na guerra civil de 1923, lutando ao lado das forças federalistas. Simpatizante de Getúlio Vargas, Brizola ingressou no PTB em agosto de 1945, integrando, ao lado de um grupo de sindicalistas de Porto Alegre. Nas eleições de 1947, ainda estudante de engenharia, Brizola elegeu-se deputado estadual pelo PTB, e, em 1954, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul, através do mesmo partido. Em 1955 foi eleito prefeito de Porto Alegre, deixando a Câmara e assumindo o novo cargo em 1956. Em 1958, como candidato da coligação que reuniu o PTB, o Partido de Representação Popular (PRP) e o PSP, Brizola foi eleito governador do estado, derrotando Válder Peracchi Barcelos, candidato da coligação formada pelo PSD, a UDN e o PL. Em 1962, para concorrer às eleições legislativas sem precisar deixar o governo do Rio Grande do Sul, candidatou-se a deputado federal pela Guanabara-RJ, sendo eleito com expressiva votação. Sua candidatura foi articulada por integrantes do PTB do Rio de Janeiro, como José Talarico, interessados em enfrentar a UDN e o governador Carlos Lacerda. Foi ainda governador do Rio de Janeiro por duas ocasiões, de 1983 a 1987 e de 1991 a 1994. Foi também candidato a Presidência da República em 1989 e 1994 e vice candidato em 1998. Ver mais em DHBB – FGV/CPDOC.

⁴⁰ Sobre a Campanha da Legalidade consultar: ALMEIDA, Diego Dal Bosco (2012); AMARAL, Anselmo F. (1986); BANDEIRA, Moniz (1979); CARRION Jr., Francisco Machado (1989); D'AVILA, Ney (2011); FELIZARDO, Joaquim José (1988); SILVA, Juremir Machado da (2011); TAVARES, Flávio (2011).

⁴¹ SKIDMORE, 1979, p. 258.

Rio Grande do Sul, era preciso também estimular a participação popular no resto do Brasil, para isso, uma cadeia de estações de rádio em defesa da Constituição, intitulada “voz da legalidade”, foi montada nos porões do Palácio Piratini.

A Cadeia da Legalidade foi de fundamental importância para o movimento. Ao difundir mensagens de diversas entidades políticas e grupos sociais na defesa da ordem democrática, a sociedade brasileira encontrou canais de informação que rompiam o cerco à censura. Transmitindo também em inglês, espanhol e alemão para o exterior, angariou a simpatia da opinião internacional. Nos microfones, Leonel Brizola desacatava os ministros militares, desmoralizando-os publicamente.⁴²

Da Guanabara generais militares instruíam o comandante do III Exército, general José Machado Lopes, a agir com firmeza, a fim de não permitir o crescimento do movimento da Legalidade. Na manhã do dia 28 de agosto, segundo Jorge Ferreira,⁴³ o serviço de radioescuta do governo do Rio Grande do Sul captou ordens de Odílio Denys, ministro da Guerra, para que as Forças Armadas e o III Exército bombardeassem a sede do governo estadual.

Moniz Bandeira,⁴⁴ descreve a importância da rede de rádios da Legalidade e faz um relato dos apelos que o governador direcionou ao povo gaúcho, após estar ciente das ameaças emitidas pelo ministro da Guerra:

O Rio Grande do Sul estava inteiramente isolado do resto do País e do mundo. Os militares golpistas haviam cortado todos os canais telefônicos do Estado, só restando uma linha de ligação com Montevidéu, inaugurada pelo próprio Brizola quando Secretário de Obras Públicas. Mas a Rádio Guaíba furou o bloqueio. Entrou em cadeia com outras emissoras e o povo brasileiro pôde escutar as palavras de Brizola. O Governador fez um rápido relato à população sobre os últimos acontecimentos. Após relevar a ordem expedida pelo Ministério da Guerra para atacar o Palácio do Governo, inclusive bombardeá-lo, Brizola solicitou que as famílias, especialmente as crianças, se afastassem do centro da cidade. Apelou para que viessem até o Palácio os que estavam dispostas a lutar. Exortou o povo para que se mobilizasse em defesa da legalidade democrática. Ao final, emocionado, Brizola enfatizou que, se os golpistas viessem, encontrariam escombros naquele Palácio, como símbolo da resistência. E despediu-se do “Rio Grande querido”: “Fiz uma proclamação de poucos minutos, mas com o coração na boca. Uma emoção imensa”.⁴⁵

⁴² FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 286-287.

⁴³ FERREIRA, 2005, p. 281.

⁴⁴ BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁴⁵ BANDEIRA, 1979, p. 81.

Após o discurso de Brizola e em meio a um clima de tensão entre a multidão que se aglomerava em frente ao Palácio Piratini, o general Machado Lopes, chegou à sede do governo, acompanhado de outros generais do III Exército. Acreditavam todos que o general fosse obedecer os mandos do ministro da Guerra, Odílio Denys, destituindo Leonel Brizola da posição de governador do Estado, que por sua vez, declarara resistência em discurso. Para Ferreira,⁴⁶ diante da situação, o conflito armado parecia inevitável. No entanto, para surpresa de todo o país, Machado Lopes comunicou ao governador que não mais obedeceria às ordens do ministro da Guerra, concordando e apoiando a partir daquele momento, a posse legal de João Goulart. Em entrevista, no ano de 1986, o general Machado Lopes explica sua decisão em apoiar João Goulart:

Tomei a decisão de apoiar a posse de João Goulart para evitar um mal maior, porque, se eu fosse contra a posse, começaria uma revolução no Rio Grande do Sul que se espalharia por todo o Brasil. Além disso, João Goulart já havia sido eleito duas vice-presidente da República e nunca alguém havia contestado seu nome.⁴⁷

Em todo o território do país surgiram manifestações de apoio à posse de Jango, dentre elas as greves dos trabalhadores. Outros grupos sociais, como estudantes, intelectuais, associações comerciais e Igreja, condenaram a atitude dos ministros militares, demonstrando apoio à posse de Goulart.⁴⁸ No Congresso, formou-se uma grande aliança pró-legalidade, que incluía grupos de esquerda e conservadores. No entanto, estes grupos possuíam propósitos diferentes. Os de esquerda, lutavam pela posse imediata de Goulart no regime presidencialista, através da mobilização social. Já o segundo grupo, que incluía membros da UDN e PSD (Partido Social Democrático), com apoio da ala legalista das Forças Armadas, levaram as negociações, junto ao Congresso, para o caminho da solução parlamentarista.⁴⁹

Em 31 de agosto, João Goulart desembarcou em Montevideú, encontrando-se com Tancredo Neves, que a pedido de Ranieri Mazzilli, conversou com o vice-presidente para que este aceitasse a fórmula parlamentarista como solução para a crise política. Ferreira,⁵⁰ revela

⁴⁶ FERREIRA, op. cit., p. 291.

⁴⁷ LOPES, Machado apud GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango – As Múltiplas Faces*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007, p. 146.

⁴⁸ FERREIRA, 2005, p. 306.

⁴⁹ Ibidem, p. 306.

⁵⁰ Ibidem, p. 309.

que, segundo Tancredo, a conversa teria sido difícil, principalmente pela resistência de Jango em ter seus poderes reduzidos pelo novo sistema. Tancredo Neves teria insistido na ideia da solução parlamentarista, salientando que seria a melhor maneira para se evitar a eminente guerra civil. O receio de que um possível combate civil terminasse em derramamento de sangue, fez com que João Goulart aceitasse a saída parlamentarista, que na madrugada do mesmo dia, foi aprovada no Congresso por 233 votos contra 55.⁵¹

Ao retornar a Porto Alegre, Goulart foi recebido por Brizola e Machado Lopes no Palácio Piratini, sendo ovacionado pela multidão que o aguardava. A população ali aglomerada esperava por uma declaração de Jango, que só respondia com rápidos acenos.⁵² Mais tarde declarou aos jornalistas, que sua decisão evitaria maiores sofrimentos ao povo. A aceitação da fórmula parlamentarista por Goulart, causou decepção imediata na população, que em pouco tempo dispersou-se. Decepção sentida também por Leonel Brizola, conforme relatos do general Machado Lopes:

Depois que Jango concordou com o parlamentarismo, o Brizola se manifestou: “Mas eu não concordo”. Respondi: “Quem é o senhor para não concordar? Se o vice-presidente aceita o parlamentarismo, o senhor não tem nada com isso. Se o senhor não concordar vai ficar falando sozinho, porque eu vou apoiar o Jango nessa solução”. Aí ele disse: “Eu sou contra, mas não vou fazer nada; se o Jango quiser aceitar o parlamentarismo, que aceite”. E o Jango aceitou.⁵³

Brizola não teve alternativa se não sujeitar-se à decisão de João Goulart, no entanto, não deu a questão por encerrada, iniciando uma longa campanha contra o parlamentarismo, vindo a ser uma das peças fundamentais no plebiscito de 1963, previsto pelo Ato Adicional nº 4 que instituiu o parlamentarismo. Neste contexto, fica perceptível a projeção nacional que Leonel Brizola passou a ter a partir do Movimento da Legalidade e durante a campanha pela antecipação do plebiscito, o que, sem dúvidas, contribuiu para sua eleição como Deputado Federal pelo Estado da Guanabara,⁵⁴ ainda no ano de 1962. Atuando como deputado, Brizola

⁵¹ Ibidem, p. 309.

⁵² Ibidem, p. 310.

⁵³ GOMES; FERREIRA, 2007, p. 148.

⁵⁴ *Guanabara* foi um Estado brasileiro entre os anos de 1960 a 1975. Surgiu após a mudança da capital nacional para Brasília, em 21 de abril de 1960. Com isso, o até então Distrito Federal passou a ser denominado de Estado da Guanabara. Carlos Lacerda foi o primeiro governador do Estado. Em 1975, no governo militar de Ernesto Geisel, a Guanabara fundou-se ao Estado do Rio de Janeiro. Ver mais em: <<http://diariodorio.com/breve-historia-do-estado-da-guanabara/>>. Acesso 28 nov. 2016.

intensificou sua política de contestação, trabalhando na Câmara em favor das reformas de base do governo João Goulart.⁵⁵

A solução parlamentarista surgiu ainda no dia da renúncia de Jânio, quando o deputado conservador Mendes Gonçalves (PSD-MT), sugeriu a adoção imediata do regime parlamentarista, como o meio de evitar que uma aventura tomasse conta do país. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, em seu parecer sobre o movimento da Legalidade, também deu sinais de que a alteração do sistema de governo era necessária. No entanto, foi o deputado Afonso Arinos de Mello Franco, da UDN, que procurou articular com os militares a fórmula parlamentarista.⁵⁶

A adoção repentina do parlamentarismo, é definida por Demian Bezerra de Melo⁵⁷ como um “golpe possível”. Para o autor, o golpe teria sido “articulado pelas forças mais conservadoras, mas feito de forma tão improvisada que desagradou não só as esquerdas e Goulart, mas um amplo espectro político”, como no caso dos governadores estaduais, por exemplo, já que o Ato Adicional previa também a extensão do parlamentarismo aos Estados. Outra questão, que demonstra o hibridismo e casuísmo do modelo parlamentarista brasileiro, como pontua Demian Bezerra de Melo,⁵⁸ é a exclusão de uma característica própria do parlamentarismo, a da possibilidade do chefe de Estado dissolver a Câmara, convocando novas eleições. Essa viabilidade era vetada pelo artigo 24 do Ato Adicional, que garantia a continuidade dos parlamentares até o fim de seus mandatos.⁵⁹

Já na percepção do historiador Thomas Skidmore,⁶⁰ João Goulart alcançou a presidência não em razão das pressões de esquerda, mas em virtude da divisão entre os grupos militares, associada a uma ampla base de opinião do centro, determinadas a garantir o cumprimento do processo constitucional.

No período em que perdurou, o parlamentarismo foi marcado por diversas crises, muitas provocadas pelo próprio presidente, que talvez de modo estratégico, procurou demonstrar a fragilidade e a ineficiência desse modelo de governo. Além disso, eram

⁵⁵ Ibidem, p. 95-96.

⁵⁶ MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009, p. 97.

⁵⁷ Ibidem, p. 100.

⁵⁸ Ibidem, p. 100.

⁵⁹ TEXTO DA EMENDA PARLAMENTARISTA. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html/>>. Acesso 14 out. 2016.

⁶⁰ SKIDMORE, 1979, p. 156.

constantes as crises nos gabinetes do Primeiro Ministério, que nos quatorze meses do parlamentarismo, passou pelas mãos de três políticos: Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima.

O Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo no Brasil, previa, conforme artigo 25, a realização de uma consulta à população nove meses antes do final do mandato de João Goulart, para que fosse decidido pela continuidade ou não do sistema parlamentarista. A realização da consulta popular representava para Jango a possibilidade de rever seus poderes presidenciais, neste sentido, o presidente atuou junto a outras lideranças políticas com o intuito de antecipar o plebiscito, de modo a restabelecer o sistema presidencialista o quanto antes.

1.4 A imprensa como ator político: da emenda parlamentarista ao plebiscito

Ao historiador não cabe uma definição unívoca do parlamentarismo, mas pensar as experiências vividas em um aspecto concreto. Uma dessas possibilidades é a análise da imprensa que na época teve papel fundamental como ator político em um palco de crise política-institucional, desencadeada durante o processo de Campanha da Legalidade ocorrida após a renúncia de Jânio Quadros.

Sobre a imprensa nacional, é necessário frisar, conforme estudo de Ana Paula Goulart Ribeiro,⁶¹ que durante as décadas de cinquenta e sessenta esta passou por um processo de modernização. Neste período, foram adotadas novas técnicas advindas do jornalismo norte-americano. Passou-se a priorizar a objetividade e a informação, substituindo o caráter literário e político dos jornais de então. Embora os jornais brasileiros tenham adotado um pensamento mais independente, deixando de serem essencialmente instrumentos políticos, Ana Paula Goulart Ribeiro defende a hipótese de que:

o aspecto político jamais desapareceu totalmente, exercendo um papel fundamental – estrutural – na dinâmica das empresas jornalísticas. Apesar de se terem afirmado imperativos de gestão e de administração, estes ainda não eram suficientes para garantir a autonomia das empresas. Por isso, os jornais jamais deixaram de cumprir um papel nitidamente político. O apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência

⁶¹ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, Literatura e Política: a modernização da imprensa carioca nos anos de 1950*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 31, 2003, p. 147-160.

de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade.⁶²

O jornal *Gazeta do Sul*, fonte principal desta pesquisa, parece ir de encontro com o que ressalta Ana Paula Goulart Ribeiro no excerto anterior. O periódico em questão, durante todo este período alternou notícias locais com notícias nacionais e internacionais, mas sem, no entanto, abandonar o seu caráter político-partidário. O jornal, como informou o mesmo em um encarte comemorativo aos seus 50 anos e publicado em janeiro de 1995, foi fundado em 26 de janeiro de 1945 com o nome de *Gazeta de Santa Cruz*. O município encontrava-se, na data de criação do jornal, há quatro anos sem a circulação de um informativo, neste sentido, Francisco J. Frantz, Leopoldo Morsch, Willy C. Fröhlich, Artur Carlos Kliemann, Rolph Bartholomay, Erny Ludwig, Bruno Agnes e Ricardo Scherer fundaram a *Gazeta de Santa Cruz*, que circulava inicialmente às sextas-feiras, passando, ainda em 1945, a circular também às terças. Já em 1953, após um processo de modernização, o periódico passou a ser publicado nas terças, quintas e sábados. Em 1956, a empresa passa a ser de propriedade de uma Sociedade Anônima com 163 acionistas. Em janeiro do ano seguinte, o jornal passou a receber a denominação atual: *Gazeta do Sul*. Sob a direção de Francisco J. Frantz (1950-1981), o periódico procurou desde o início ser um meio destinado às reivindicações regionais e ao indispensável embate de ideias, conforme destacou o mesmo.⁶³

É, portanto, imprescindível ressaltar, como faz Paulo Sérgio Pinheiro no prefácio de “O Bravo Matutino – Imprensa e Ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo” de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado,⁶⁴ que os jornais devem ser vistos como “elementos atuantes no processo político global”.⁶⁵ Sendo assim, é importante notar os jornais como atores políticos, que exercem um papel influente no ideário social. Ainda segundo Capelato e Prado,⁶⁶ “a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de interesses e de intervenção na vida social”.

Nesse sentido, é importante pensar a imprensa como um instrumento de intervenção na vida política e na formação do ideário social, indicando de que maneira a mesma atuou

⁶² RIBEIRO, 2003, p. 262.

⁶³ *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 26 jan. 1995. Encarte comemorativo, p. 2.

⁶⁴ CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino (Imprensa e Ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

⁶⁵ PINHEIRO In: CAPELATO; PRADO, 1980, p. XI.

⁶⁶ CAPELATO; PRADO, 1980, p. XIX.

durante da experiência parlamentarista até a realização do plebiscito de 1963, analisando suas posições partidárias e sua influência nos meios sociais.

2 A EMENDA PARLAMENTARISTA: ENTUSIASMO E INSATISFAÇÃO NAS PÁGINAS DA GAZETA DO SUL

A emenda parlamentarista, surgiu durante a crise política-institucional de 1961, como uma espécie de solução de emergência, sendo votada às pressas e sob coação, vinda de pelo menos dois lados. Primeiro, os setores militares, contrários à posse de João Goulart na Presidência da República. Do outro, as manifestações populares e de grupos ligados ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) em prol da Legalidade. Além disso, a situação em que se encontrava o país naquele momento, estando sob uma ameaça de iniciar uma guerra civil ou de um possível rompimento institucional, foi mais um dos motivos para que a emenda parlamentarista fosse votada com urgência. No entanto, embora se possa considerar todos esses elementos, a emenda parlamentarista teve, também, um traço eminentemente político: diminuía consideravelmente os poderes políticos do presidente da República. O PTB, na figura política de João Goulart, assumia a presidência com poderes restritos. Em torno disso, constitui-se o palco no qual diversos atores políticos atuaram.

A aprovação da emenda foi objeto de muitas críticas vindas de lideranças políticas, que mesmo defensores da fórmula parlamentarista, discordaram da adoção do novo modelo governamental no cenário da época. A imprensa enquanto ator político, no entanto, teve papel importante na instituição do regime parlamentarista no país, pois através dela, diversas lideranças políticas se manifestaram em torno da questão parlamentarista. Paralelo a isso, a imprensa não deixou de se preocupar com outros dois problemas da época: a inflação e a suposta ameaça comunista, que figuraram com frequência nas suas publicações. Nesta perspectiva, o presente capítulo tem a pretensão de apresentar as diferentes visões sobre a emenda parlamentarista, no intuito de entender como estas refletiram na opção do eleitorado brasileiro no plebiscito de janeiro de 1963.

2.1 Os atores políticos “sobem” ao palco: visões da emenda parlamentarista nas páginas do jornal *Gazeta do Sul*

A adoção repentina da emenda parlamentarista através do Ato Adicional nº 4, repercutiu amplamente nas páginas do jornal *Gazeta do Sul*, de Santa Cruz do Sul. Em seu noticiário político, a notícia de que João Goulart assumiria a presidência em um sistema parlamentarista, figura na edição de 05 de setembro de 1961, que salientou que a decisão de Goulart, “pôs fim à ansiedade e tensão que estava arrastando o Brasil a uma guerra fratricida...”,⁶⁷ provavelmente em referência à Campanha da Legalidade de Leonel Brizola. Ao destacar a viagem de Jango à Brasília a fim de tomar posse na Presidência da República, o periódico fez a seguinte colocação, para se referir ao novo sistema governamental:

mas seja como for, a cerimônia de posse não terá o brilho habitual. De acordo com a nova Constituição o verdadeiro poder estará nas mãos do primeiro ministro e no conselho de ministros, de acordo com o sistema parlamentar adotado pelo Congresso, numa tentativa de resguardar o país.⁶⁸

Ao observar o trecho do texto publicado pelo periódico e aqui reproduzido, já percebe-se uma certa preferência deste pelo novo modelo, ao classificar a instituição do sistema parlamentarista como uma tentativa de “resguardar o país”, ameaçado pela possibilidade de rompimento institucional depois da renúncia de Jânio Quadros e da conjuntura instalada após o veto dos ministros militares à posse do então vice-presidente João Goulart e o desencadeamento da Campanha da Legalidade em agosto de 1961. Neste mesmo texto, o periódico informou que o parlamentarismo continuaria em vigência até 1966, ano do final do mandato de João Goulart, sendo que nove meses antes, seria dada a possibilidade do país, através de um plebiscito, de decidir sobre a continuidade ou não do sistema parlamentarista.⁶⁹ Na edição seguinte, em 7 de setembro, dia da posse de João Goulart, o jornal afirmou que seria “este 7 de setembro um dos mais significativos na História do Brasil, quando o país, emergindo de uma crise gravíssima, se encaminha para novos rumos da vida administrativa”.⁷⁰

No conteúdo dos editoriais publicados pela *Gazeta do Sul*, o parlamentarismo apareceu em contraponto com o “presidencialismo decadente”. No editorial, “Fim da Crise” de 7 de

⁶⁷ João Goulart viajara hoje para Brasília para assumir a Presidência. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 05 set. 1961, p. 1.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 1.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 1.

⁷⁰ Fim da Crise. Editorial. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 07 set. 1961, p. 1.

setembro de 1961, o periódico atribuiu ao parlamentarismo a salvação do caos em que se encontrava o Brasil. Diz o texto:

O Congresso, adotando o regime parlamentarista no Brasil, também traçou novos rumos ao país e, se tudo se encaminhar como esperaram os bons brasileiros, o nosso país poderá começar a trilhar uma senda democrática bem mais larga e retilínea, com o desaparecimento dos defeitos congênitos do presidencialismo decadente, a corrupção e o personalismo.⁷¹

O excerto do editorial demonstra um entusiasmo do jornal com a nova fase da República brasileira que iniciava, desejando que os males do presidencialismo, como a corrupção e o personalismo⁷², deixassem de existir na vida política nacional. A forma como o periódico definiu o presidencialismo também chama atenção. Ao referir-se aos “defeitos congênitos” do sistema presidencialista, o jornal procurou lançar ao leitor a ideia de que este sistema desde sua gestação não desenvolveu-se de uma maneira adequada, apresentando, portanto, problemas em sua formação. Ainda neste artigo, o jornal fez também um apelo “à Deus”, pedindo que esta fosse a mais “benfazeja e progressista” fase da história brasileira, estabelecendo, desta forma, uma ligação entre política e religiosidade.

Embora favorável à emenda parlamentarista, o periódico *Gazeta do Sul*, não deixou de mencionar a insatisfação da população e de alguns políticos com a nova fórmula de governo. Na edição de 5 de setembro de 1961, o jornal afirmou que “a emenda parlamentarista, votada em meio à confusão de ordem militar foi no geral recebida com desagrado no seio da população brasileira”, que acreditava que esta “veio unificar ainda mais o poder militar imperante”.⁷³ Quanto as vozes políticas que falaram através das páginas do jornal estão, o então senador pelo Estado de Goiás, Juscelino Kubistchek (PSD), o então deputado federal

⁷¹ Ibidem, p. 3.

⁷² O PTB de 1945 foi um partido de origem carismática, marcado pelo personalismo de Getúlio Vargas. Em torno do imaginário popular construído sobre o PTB sempre esteve a figura de Vargas, transformada muitas vezes em argumento de autoridade autoexplicativo, como explica Maria Celina D’Araujo (1996, p. 15). Para a autora, “personalismo, doutrina e ideologia, associados a bom desempenho nas urnas e as facilidades junto aos sindicatos e ao poder, fizeram do velho partido um caso excepcional de sucesso. Por trás desse sucesso sempre esteve um certo tom heroico atribuído ao fato de que, a exemplo de Vargas, elegia o trabalhador como interlocutor e como alvo de suas ações. Além do mais, o partido projetara as mais expressivas lideranças populares do período [...] produzir “mártires” foi também uma de suas facetas. O principal fora o próprio Getúlio” (1996, p. 15-16). Ver mais em: D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁷³ Mal recebida a emenda parlamentarista. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 05 set. 1961, p. 1.

pelo Rio Grande do Sul, Wilson Vargas,⁷⁴ do PTB, e, o então deputado estadual Fernando Ferrari,⁷⁵ fundador do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), partido propagador de uma proposta política concorrente ao PTB e crítica às ideias do chefe petebista, João Goulart.⁷⁶ Ambos posicionaram-se contra a emenda parlamentarista. Juscelino Kubistchek, que fora presidente de 1956 a 1960, afirmou que o parlamentarismo significava “menosprezar a votação popular”, não tendo os políticos “o direito de modificar a Constituição de costas para o povo”.⁷⁷ Já Wilson Vargas (PTB), deputado federal e ex-secretário da pasta de Energia do governo de Leonel Brizola, caracterizou tal emenda como sendo um “golpe branco”, e que embora sendo parlamentarista por convicção, manifestou-se contra durante a discussão da emenda parlamentarista.⁷⁸ Fernando Ferrari (MTR), deputado federal pelo Rio Grande do Sul entre 1951 e 1963 e defensor do parlamentarismo, também votou contra à emenda, posicionando-se desfavorável ao fato de ter que votar a emenda parlamentarista sob coação militar.⁷⁹

O parlamentar Fernando Ferrari, ganhou novo destaque nas páginas do jornal *Gazeta do Sul*, na edição de 07 de setembro de 1961. Na capa desta tiragem, o periódico apresentou mais uma vez a manifestação contrária do então deputado federal perante à emenda, embora este fosse adepto às ideias parlamentaristas. Foi o seguinte pensamento de Ferrari reproduzido pelo periódico:

Figuro entre os poucos parlamentares que votaram contra a recomendação na Comissão Mista do Congresso em prol do Parlamentarismo. Concluí, como se recorda a Câmara o meu pronunciamento na noite de 30 de agosto último reafirmando a minha profissão de fé de parlamentarista. Neste campo, dizia eu, venho perseguindo o ideal que é da minha geração: o advento de um regime responsável que desfaça a unipessoal prepotência do presidencialismo. A despeito disso, entretanto, eu não poderia concordar com

⁷⁴ *Wilson Vargas da Silveira* (Porto Alegre, 1926). Formado em Direito, iniciou sua carreira política no pleito de outubro de 1950, ao eleger-se deputado estadual no Rio Grande do Sul pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1958 foi eleito deputado federal pela mesma legenda. Atuou como Secretário de Energia no governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Retornou à Assembleia Legislativa gaúcha, em 1963. Ver mais em: DHBB – FGV/CPDOC.

⁷⁵ *Fernando Ferrari* (São Pedro do Sul-RS, 1921). Atuou como deputado federal pelo Rio Grande do Sul entre 1951 e 1963. Por anos compôs o quadro político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), após desentendimentos internos do partido formou, com membros dissidentes do PTB, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), sendo transformado em partido em 1960. Pouco antes, candidatou-se a vice-presidente pela legenda do PDC (Partido Democrata Cristão), embora ainda estivesse filiado ao PTB. Pelo MTR, concorreu no pleito de 1962, ao governo do Rio Grande do Sul. Ver mais em: DHBB – FGV/CPDOC.

⁷⁶ D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 143.

⁷⁷ JK contra parlamentarismo. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 05 set. 1961, p. 2.

⁷⁸ Golpe branco. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 05 set. 1961, p. 2.

⁷⁹ Ferrari (parlamentarista) votou contra o parlamentarismo. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 05 set. 1961, p. 2.

a reforma constitucional sob coação, debaixo de pressões. Concluí, então, que não poderia votar a alteração do sistema de governo que nos rege. Eu, sim votaria normalmente em outra oportunidade, quando cessasse a pressão, pois não poderia permitir que o implementasse já com um “pecado original”. Louvo a pregação apostolar do meu eminente amigo deputado Raul Pilla. Não afasto nenhuma das razões que o inspiram. De outra parte, reafirmo minha crença no sistema de gabinete que, no dizer de Joaquim Nabuco: “é o educador dos povos”. Não posso, entretanto, votá-lo agora. Não me permite a ética parlamentar, nem os princípios que informam a minha educação política, nem a minha coerência democrática. Isto porque – quando em 1952, eu emitia longo voto da Comissão Constitucional número 4, favorável ao parlamentarismo, afirmava que somente poderia aceitá-la como subemenda que resguardasse o mandato pleno do presidente Getúlio Vargas, eleito com poderes presidenciais.⁸⁰

Outro deputado federal e também membro do PSD a receber espaço através do periódico *Gazeta do Sul* é o santa-cruzensense, Willy Carlos Fröhlich,⁸¹ que elegeu-se prefeito de Santa Cruz do Sul em 1947 e, mais tarde, em 1950, deputado federal pelo PSD do Rio Grande do Sul. Nas eleições seguintes, em 1954 e 1958, foi eleito deputado suplente para a Câmara Federal. A primeira manifestação de Fröhlich quanto à emenda parlamentarista aconteceu na publicação de 04 de novembro de 1961, na qual o então deputado federal demonstrou ser um “entusiasta do regime parlamentarista”, dizendo estar convicto de que só o governo impessoal de um gabinete poderia conduzir o país à desejada prosperidade. Afirmou ainda, acreditar no sucesso do então gabinete ministerial chefiado por Tancredo Neves, mas que, no entanto, o regime precisaria ser conservado e aprimorado, pois, para ele, a fórmula encontrada pelo Congresso não era a ideal.⁸²

É interessante notar que Willy Fröhlich havia sido prefeito de Santa Cruz do Sul pelo PSD e posteriormente eleito deputado federal. Mesmo antes do surgimento dos partidos nacionais em 1945, Fröhlich já era vereador presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul, entre 1935 e 1937. Tratava-se, portanto, de uma figura política com considerável expressão e influência regional.

⁸⁰ Manifestação do Deputado Federal Fernando Ferrari contra a Emenda Parlamentar. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 07 set. 1961, p. 2.

⁸¹ *Willy Carlos Fröhlich* (Santa Cruz do Sul-RS, 1913). Diplomou-se em Economia pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre, no ano de 1937. Entre 1935 e 1937, ainda estudante universitário exerceu o mandato de vereador em sua cidade natal, tendo sido presidente da Câmara Municipal. Foi ainda prefeito de Santa Cruz do Sul a partir de 1947 e, em outubro de 1950, elegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Elegeu-se primeiro suplente de deputado federal em outubro de 1954 na legenda do PSD, tomando assento na Câmara de fevereiro a junho do ano seguinte e em diversos curtos períodos entre 1956 e 1958. Tornou a ser eleito primeiro suplente de deputado federal na legenda do PSD em outubro de 1958, ocupando uma cadeira na Câmara de abril a maio de 1959 e de fevereiro de 1961 a janeiro de 1963. Ver mais em: DHBB – FGV/CPDOC.

⁸² Dep. Willy Fröhlich na terra. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 04 nov. 1961, p. 1.

O pessedista voltou a figurar no periódico em janeiro de 1962, quando deu nova entrevista ao jornal, falando novamente sobre o parlamentarismo no país. Na ocasião o político natural de Santa Cruz do Sul, voltava a assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados, em substituição a Nestor Jost,⁸³ escolhido para compor a diretoria do Banco do Brasil. Sobre o parlamentarismo, Fröhlich afirmou:

É, sem sombra de dúvidas, o parlamentarismo o regime ideal de governo, pois é um sistema de governo coletivo, onde há maior e melhor consulta aos interesses do povo. Há uma mais intensa vivência de todos os problemas e não há mais o império da vontade de um só homem que faz prevalecer, muitas vezes até contra todo bom senso, como no Presidencialismo. A figura do Pachá-Presidente desapareceu. O Presidente da República, que na atual conjuntura ainda conserva parte de seus poderes, todavia não é mais quem governa e até as nomeações e demais precisam ser referendados pelo Presidente do Conselho de Ministros e o Ministro da pasta respectiva. O Presidente é assim o Chefe de Estado e o Conselho de Ministros é o governo, coletivamente responsáveis perante o povo, que os escolhe e demite pelos seus representantes da Câmara dos Deputados.⁸⁴

As declarações favoráveis ao parlamentarismo e a projeção dada à Willy C. Fröhlich pelo jornal *Gazeta do Sul*, no entanto, não foram suficientes para garantir sua eleição para a Câmara Federal em outubro de 1962. Na ocasião, o periódico publicou a votação dos candidatos santa-cruzenses, na qual foi possível verificar a vitória de Norberto Harald Schmidt⁸⁵ do Partido Libertador (PL), com quase o dobro dos votos (16.224 x 8.691).⁸⁶

Seja como for, o fato é que a defesa do sistema parlamentarista, que diminuía os poderes do presidente da República, acabava por diluir a força da figura política de João Goulart e o programa do PTB. Vale salientar que, em detrimento disso, o PSD constituía

⁸³ *Nestor Jost* (Candelária-RS, 1917). Ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1937 e, no ano seguinte, prestou concurso para delegado de polícia, sendo aprovado e nomeado para este cargo em Cambuçu (RS). Em 1939 foi nomeado prefeito municipal de São Lourenço do Sul (RS) pelo interventor no estado, coronel Osvaldo Cordeiro de Farias. Em 1947, elegeu-se para a Assembleia do Rio Grande do Sul. Em outubro de 1950 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do PSD. Em janeiro de 1961, foi nomeado pelo presidente Juscelino Kubistchek, diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (Creai). Foi mantido à frente do Creai pelos presidentes Jânio Quadros, João Goulart e Humberto de Alencar Castelo Branco. Em 1967, foi nomeado para a presidência do Banco do Brasil pelo marechal Artur da Costa e Silva. Entre 1984-1985 atuou como Ministro da Agricultura do governo do general João Batista Figueiredo. Ver mais em: DHBB – FGV/CPDOC.

⁸⁴ Deputado Willy C. Fröhlich: “Tive a satisfação de ver aprovada algumas emendas (ao orçamento de 1962) de real interesse local e regional”. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 06 jan. 1962, p. 1.

⁸⁵ *Norberto Harald Schmidt* (Santa Cruz do Sul-RS, 1914). Bacharelado em Contabilidade, elegeu-se deputado estadual no Rio Grande do Sul em 1950, pelo Partido Libertador (PL), sendo reeleito em outubro de 1954. No pleito de outubro de 1958 elegeu-se segundo suplente de deputado federal por seu estado, na legenda do mesmo partido. Em outubro de 1962, obteve um mandato efetivo de deputado federal por seu estado. Durante o período militar, elegeu-se mais duas vezes deputado federal pelo Rio Grande do Sul, dessa vez pela Aliança Renovadora Nacional (Arena). Ver mais em: DHBB – FGV/CPDOC.

⁸⁶ Eleitos Kliemann, Heuser e Norberto Schmidt (Federal). *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 06 nov. 1962.

maioria na Câmara dos Deputados. Fröhlich, enquanto uma voz que se pronunciava através das páginas da *Gazeta do Sul*, pode ser considerada tanto a fala de uma liderança do PSD com maioria no Congresso quanto de um político com considerável expressão local. A fala de Fröhlich, pelas páginas da *Gazeta*, aproximava os potenciais leitores de uma figura política já bastante familiar que se pronunciava em torno das posições do PSD.

De modo concomitante aos políticos que se posicionaram contra a emenda parlamentarista, o jornal *Gazeta do Sul*, reproduziu também trechos de uma entrevista coletiva concedida pelo petebista Leonel Brizola, líder do Movimento pela Legalidade, à imprensa local, nacional e internacional, na edição do dia 05 de setembro de 1961.⁸⁷ Cabe ressaltar, que o depoimento de Brizola, diferente dos casos de Fernando Ferrari e Willy C. Fröhlich, não ocupou a capa do periódico, sendo publicado na segunda página e no canto inferior direito, recebendo, portanto, um destaque secundário no jornal. Em seu discurso, Brizola considerou que a Campanha da Legalidade havia sido “traída”, demonstrando, ainda, grande insatisfação com as medidas conservadoras adotadas pelo Congresso Nacional. Na publicação foi possível aos leitores da época ter acesso a seguinte manifestação de Leonel Brizola:

Vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para denunciar à opinião pública, esta verdadeira humilhação que o Congresso vem de impor ao povo do Brasil. Esta reforma espúria alterou as atribuições específicas do presidente constitucional, eleito pelo voto direto do povo. E é tão espúrio, que nem ao menos, como se costuma fazer em toda a parte, condicionou a mudança de regime ao referendo popular.⁸⁸

Brizola considerou a emenda parlamentarista como uma “verdadeira humilhação” ao “povo brasileiro”, já que por meio dela se modificaram as atribuições do presidente eleito pelo voto direto da população. Na sequência, ao abordar novamente os termos em que foi aprovada a emenda parlamentarista, Brizola confessou indignação com a decisão concebida pelo Congresso Nacional, em um curto período de menos de 24 horas. Classificou tal reforma governamental como “inoportuna e amoral”, dizendo que o Congresso saiu dessa situação “profundamente desprestigiado”.⁸⁹ Brizola afirmou também, que usaria de todos os meios legítimos para suspender a emenda parlamentarista, recorrendo, se possível, aos tribunais.⁹⁰ Deve-se salientar que Brizola, empenhou-se, desde cedo, no sentido de aniquilar este novo

⁸⁷ Brizola: Legalidade foi traída! *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 05 set. 1961, p. 2.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 2.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 2.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 2.

sistema político. Moniz Bandeira,⁹¹ explica que logo após a adoção do parlamentarismo, o então governador do Rio Grande do Sul iniciou intensa campanha contra esse modelo:

não porque se opusesse essencialmente a essa forma de governo e sim porque julgava sua implantação, dadas as condições, inconstitucional, uma manobra das correntes conservadoras do Congresso para usurpar o poder e impedir as reformas de base. Além do mais, Brizola considerava o parlamentarismo, que o Congresso instaurou em 1961, deformado, antidemocrático.⁹²

A partir de 1962 ao trabalhar na reversão do parlamentarismo, Brizola projetou-se em maior escala na esfera política nacional, pois, conforme indica Diego Dal Bosco Almeida,⁹³ Brizola passou a atuar intensivamente em todo o país na campanha pela restauração dos poderes presidenciais de João Goulart. Para o autor fica:

evidente a participação de Brizola na realização do plebiscito e na campanha pelo “não”, é possível perceber, também, de forma explícita, um dos resultados de sua projeção política nacional, pois, naquele momento, Brizola passava pelas cidades do país direcionando seu discurso para o presidencialismo. Não era mais só no Rio Grande do Sul que Brizola se dirigia à população. A partir da Legalidade, Brizola dirigia-se à nação e ao Brasil. Na campanha pelo presidencialismo passou a fazer isso de forma concreta contando com o respaldo que obtivera com a campanha da Legalidade. A questão da posse Constitucional de João Goulart, ainda que aparentemente estritamente legal, tornou-se uma questão política.⁹⁴

A revogação do parlamentarismo era, portanto, indispensável do ponto de vista político de Brizola. Uma vez que se obtivesse êxito em seu intento, seu nome poderia despontar ainda mais como uma liderança de caráter nacional. E, sobretudo, uma figura política cuja influência aumentava gradativamente no PTB. Para colocar efetivamente em prática o programa reformista do PTB, que visava a modernização da economia, da sociedade e dos serviços, preparando, assim, o país para a expansão do capitalismo,⁹⁵ João Goulart, então na condição de presidente no sistema parlamentarista, necessitava dos poderes que lhe

⁹¹ BANDEIRA, 1979, p. 86.

⁹² *Ibidem*, p. 86.

⁹³ ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Jango e Brizola: tão perto e tão longe (1961-1964)*. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2007.

⁹⁴ ALMEIDA, 2007, p. 79.

⁹⁵ ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Reformas na lei ou na marra? João Goulart e Leonel Brizola nas páginas dos jornais Última Hora e Correio do Povo no Rio Grande do Sul (1963)*. In: Heinsfeld, A. et al. (Org.). *Fazendo História Regional: Política e Cultura*. 1ed. Passo Fundo: Méritos, 2010, v. 1, p. 252.

facultava o sistema presidencialista. Neste cenário da necessidade de se pôr em prática as Reformas de Base, Brizola estava empenhado em garantir a antecipação do plebiscito, devendo isso acontecer o quanto antes. Embora seja difícil prever algo que não aconteceu, seria possível aquilatar que, uma vez que o programa do PTB fosse implementado, o seu virtual aceno também renderia dividendos políticos ao próprio Brizola. Em um partido como o PTB, de forte teor personalista, a “peregrinação” de Brizola representava sua maior inserção sobre o seu partido e sobre o próprio Presidente da República, o que refletiu-se, posteriormente, em um grave conflito de lideranças, conforme Diego Dal Bosco Almeida:⁹⁶

O binômio mobilização popular com reformas de base veio a ser o grande estopim para aumentar a distância entre Jango e Brizola, principalmente no ano de 1963, quando Brizola foi eleito deputado federal pela Guanabara. Ainda que não houvesse um rompimento propriamente dito, essas diferenças eram perceptíveis nas relações apontadas pela imprensa da época. A forma como cada um desses políticos trabalhistas capitaneava o discurso e o ideário trabalhista era diferente no que diz respeito à sua forma de implementação. Esses fatores tenderam a ficar mais evidentes a partir de janeiro de 1963, quando a sociedade brasileira decidiu, por ampla maioria de votos, a congratular João Goulart como presidente da República num regime presidencialista.⁹⁷

A posição contrária de Brizola ao parlamentarismo foi contestada por Helvio Jobim (PSD-RS),⁹⁸ em um de seus discursos proferidos na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O jornal *Gazeta do Sul*, na edição de 03 de outubro de 1961, reproduziu, com destaque, os ataques do pessedista ao então governador do Rio Grande do Sul. O deputado logo no início de sua manifestação, afirmou ser Brizola “um permanente mercador de ilusões”,⁹⁹ fazendo duras críticas a maneira como o então governador dirigiu-se à população durante a Campanha da Legalidade. Disse o deputado Helvio Jobim, sobre a atuação de Brizola na Legalidade:

assisti a toda essa eclosão de paixões, essa falsa exaltação de consciência cívica, desencantado, pois mais uma vez se confirma que o povo, principalmente os homens simples, cuja credibilidade é sem limites, se deixa empolgar pelas cenas patéticas, teatralmente dramáticas, de quem se habilitou a usar de todas as mistificações que a palavra é capaz de gerar nos sentimentos e no coração dos homens.

⁹⁶ ALMEIDA, 2007, p. 80.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 80.

⁹⁸ A biografia de Helvio Jobim não foi localizada no DHBB do CPDOC-FGV.

⁹⁹ Discurso pronunciado na Assembleia Legislativa por Helvio Jobim, vice-líder da bancada do P.S.D., em nome de seus companheiros. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 03 out. 1961, p. 1.

Nada mais fácil do que explorar as virtudes cívicas de um povo, principalmente quando se trata da gente rio-grandense, cuja história é fértil em atos de civismo e de luta.

Basta o engenho da palavra, habilmente manejada por quem tem habituais qualidades de demagogo, para ser facilmente convulsionada uma parcela de coletividade, mais sensível aos apelos teatrais de quem criou o drama, com fins impatrióticos de se impingir como herói.¹⁰⁰

O então deputado estadual, prosseguiu criticando o Movimento da Legalidade, que segundo ele, serviu apenas para “encobrir os apetites pessoais” de Brizola e suas “ânsias de projeção nacional”. Além do mais, afirmou com convicção, de que para ele Brizola demonstrou, como sempre, ser um “mero utilitarista, que aproveita todas as oportunidades para tirar partida política”.¹⁰¹ Sobre o empenho do então governador em sustar a emenda parlamentarista, afirmou:

Hoje investe desesperadamente contra a fórmula parlamentarista de governo, em boa hora intitulada pelo Congresso Nacional para a solução da crise política que abalou o País.

Mas o fez, e é preciso que se diga, porque essa solução não favorecia as ambições de ver o sr. João Goulart à testa de uma República Presidencialista, que passaria a servi-lo [...].¹⁰²

Mencionou, ainda, que outrora a conduta de Brizola era diferente:

Apoiava e aprovava a fórmula parlamentarista no ano de 1947, na elaboração da Constituição Estadual, conquanto a Carta Magna da República, a repudiasse, unicamente porque o governador de então era de sua grei partidária.¹⁰³

A ênfase dada pelo jornal *Gazeta do Sul* a membros do PSD, como Willy C. Froehlich e Helvio Jobim, ao mesmo tempo em que coloca o discurso de Leonel Brizola (PTB) em segundo plano, demonstra que o periódico atribuía, possivelmente, mais apoio PSD e um maior distanciamento do PTB. O destaque que o deputado Fernando Ferrari passou a ter gradualmente nas páginas do jornal, após romper com o PTB, também possibilita presumir que este apresentava um posicionamento anti-petebismo sobretudo e, no limite, anti-brizolista.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 1.

¹⁰¹ Ibidem, p. 1.

¹⁰² Ibidem, p. 1.

¹⁰³ Ibidem, p. 1.

Quanto ao PSD, é impreterível acentuar, que este teve importante participação na instauração do sistema parlamentarista em 1961. Ainda em agosto, em meio à crise de sucessão presidencial, líderes políticos da UDN (União Democrática Nacional) e do PSD lançaram mão de uma proposta de adoção do parlamentarismo elaborada pelo histórico defensor desse sistema, Raul Pilla (PL-RS). Em 28 de agosto, uma comissão mista de deputados e senadores presidida pelo senador Jefferson Aguiar (PSD-ES), emitiu um parecer favorável a adoção do parlamentarismo, como alternativa para a crise do sistema presidencial. Neste parecer, sugeria-se a adaptação do sistema parlamentarista às condições peculiares da estrutura política do país.¹⁰⁴

A posição favorável de alguns líderes pessedistas quanto a aprovação do parlamentarismo, como já demonstrado, não foi unânime dentro do partido. O então senador Juscelino Kubistchek (PSD-GO) foi um dos que se opuseram à emenda parlamentarista, vindo, mais tarde, a contribuir para a antecipação do plebiscito e para a restauração do sistema presidencialista. A antecipação do plebiscito, defendida por Kubistchek, no entanto, ia contra ao que pretendia o presidente do seu partido PSD, Amaral Peixoto,¹⁰⁵ que se declarava contrário à consulta popular ao acreditar que o parlamentarismo deveria passar por um período maior de experimentação.¹⁰⁶ Neste sentido, ficava cada vez mais evidente a existência de uma cisão dentro do PSD, que encontrava-se dividido entre os que defendiam o retorno do presidencialismo e aqueles que pediam por um maior tempo de experiência ao parlamentarismo.

Embora as vozes que se manifestaram nas páginas da *Gazeta do Sul* tenham apresentado dissonâncias, se aproximavam-se no sentido da crítica ao modo pelo qual foi votada a emenda parlamentarista, modificando somente a intensidade e o destaque que concediam a este segmento. As vozes das lideranças do PSD são predominantes nas páginas do jornal, ganhando destaque, inclusive, em nomes e figuras políticas conhecidas do eleitorado local. Por outro lado, as vozes críticas à figura política de Leonel Brizola e o relativo desprezo pelas manifestações do então governador do Rio Grande do Sul

¹⁰⁴ MELO, 2009, p. 98.

¹⁰⁵ *Ernâni Amaral Peixoto* (Rio de Janeiro, 1905). Após a democratização do país, ajudou na fundação do Partido Social Democrático (PSD), pelo qual foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, estado que governou entre 1951 a 1955. Foi ainda embaixador do Brasil nos Estados Unidos entre 1956 e 1959. Logo após, foi nomeado Ministro da Viação e Obras Públicas de Juscelino Kubitschek, ficando no cargo até o início de 1961, período da construção de Brasília. Após a instauração do regime militar, ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao novo regime, sendo eleito novamente deputado federal em 1966 e posteriormente senador, entre 1970 e 1978. Ver mais em: DHBB – FGV/CPDOC.

¹⁰⁶ MELO, 2009, p. 99.

possivelmente evidenciam que o jornal *Gazeta do Sul* atuou fortemente enquanto um ator político importante no palco de uma conjuntura social e institucional bastante instável.

2.2 O problema da inflação e a ameaça comunista nos editoriais da *Gazeta do Sul*

Logo após a instauração do modelo parlamentarista no Brasil em setembro de 1961, o periódico *Gazeta do Sul* deixou transparecer seu entusiasmo como o novo sistema, ao classificá-lo como uma tentativa de “resguardar o país”,¹⁰⁷ acreditando que este seria a solução para os problemas de ordem administrativas do país. Não obstante, o jornal atribuiu ao parlamentarismo outras responsabilidades: a de conter o aumento inflacionário e a de proteger o país da “ameaça comunista”.

Na esfera econômica o país enfrentava uma forte crise iniciada no governo de Juscelino Kubistchek. Seu sucessor, Jânio Quadros desde o início encarou dificuldades em solucionar o problema econômico do país. Conforme Skidmore:¹⁰⁸ “os dois problemas que Quadros enfrentou em seu discurso de posse, em 31 de janeiro [de 1961], foram a ineficiência governamental e a crise financeira (a inflação e as dívidas externas). O tom do discurso variava entre o desafio e o desespero [...]”. Ainda de acordo com Skidmore:¹⁰⁹

O Governo Quadros lançou imediatamente um programa anti-inflacionário, mais completo que qualquer outro, tentado desde 1945-55. Em março, Quadros anunciou uma reforma do sistema cambial, simplificando as múltiplas taxas e desvalorizando o cruzeiro em cem por cento. Verificou-se uma drástica redução de subsídios para importações essenciais tais como trigo e gasolina, tendo dobrado, assim, o preço do pão, a varejo, e aumentado o preço do ônibus, assim como de outros transportes.¹¹⁰

O fracasso da primeira política de ajuste econômico do governo de Jânio Quadros, aliada a uma política externa aventureira deixavam descontentes os meios mais conservadores. Desde o início de sua campanha para a presidência, Jânio Quadros já dava sinais de que sua

¹⁰⁷ João Goulart viajara hoje para Brasília para assumir a Presidência. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 07 set. 1961, p. 1.

¹⁰⁸ SKIDMORE, 1979, p. 239.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 240.

¹¹⁰ Ibidem, p. 240.

política seria menos pró-americana, diferentemente de qualquer outro presidente brasileiro no pós Segunda Guerra Mundial. Jânio pensava em diminuir os males financeiros do país, através de negociações econômicas com as três grandes potências mundiais da época: os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o bloco soviético. O apoio de Jânio Quadros à participação da China Comunista na ONU (Organização das Nações Unidas) e as declarações de que o Brasil estudava reatar as relações com a União Soviética, rompidas em 1947, causavam indignação entre os mais conservadores.¹¹¹

O problema econômico enfrentado pelo país foi comumente abordado nos editoriais do jornal *Gazeta do Sul*. No editorial de 19 de outubro de 1961, o periódico definiu o problema da inflação como o maior que o primeiro gabinete parlamentarista teria de enfrentar. Neste sentido, o jornal afirmou que: “o êxito ou fracasso do atual gabinete” seria aferido “pela coragem de sua política financeira”.¹¹² Foi possível aos leitores do jornal ler a seguinte citação:

O problema máximo que o primeiro gabinete parlamentarista terá de enfrentar é o da inflação. Apesar das medidas heroicas no âmbito cambial e a de seus esforços no setor do comércio externo, o governo Jânio Quadros não conseguiu deter a intensificação do desajustamento monetário, em grande parte devido à liberdade em franquear verbas e conceder empréstimos às unidades federadas.¹¹³

O periódico *Gazeta do Sul*, evidentemente, apontou a inflação como “problema máximo” a ser resolvido pelo gabinete parlamentarista, no qual o jornal depositou grandes expectativas. Ao abordar os termos que colaboraram para um agravamento da situação financeira do país, o periódico enfatizou as despesas causadas pela “crise de treze dias”, em referência aos dias que se seguiram da renúncia de Jânio Quadros até a posse de João Goulart na presidência. Somado a esse fator, o jornal destacou também a elevação do meio circulante provocada pela grande retirada de numerários dos bancos. Como consequência do agravamento da crise financeira no país, a *Gazeta do Sul* destacou a elevação do custo de vida e os resultantes problemas sociais, como algo que se desenha de forma “sombria”. Em suma,

¹¹¹ SKIDMORE, 1979, p. 245-246.

¹¹² Inflação: problema máximo. Editorial. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 19 out. 1961, p. 3.

¹¹³ *Ibidem*, p. 3.

o jornal enfatizou que “o problema mais sério, mais difícil com que se defronta o Governo Federal, ao iniciar-se no país a experiência parlamentarista, é o inflacionário”.¹¹⁴

A forte crise econômica, porém, não se limitava apenas ao governo federal, conforme deixou transparecer o editorial de a *Gazeta do Sul*, do dia 16 de setembro de 1961, no qual o periódico destacou a “fase negra” pela qual atravessava o Rio Grande do Sul, na época governador por Leonel Brizola (PTB). O jornal definiu como “inquietante” a situação econômica do Estado, que há dois meses não conseguia honrar os vencimentos do funcionalismo público.¹¹⁵ O editorial, em questão, enumerou duas necessidades imediatas para a estabilização financeira do Estado:

o estabelecimento de uma política de desenvolvimento econômico regional e, ao mesmo tempo, a organização de um plano de contenção das despesas públicas. Providências a serem tomadas o quanto antes sendo uma para execução a longo termo e a outra a curto prazo, pois economia nos gastos públicos é coisa que se pode empreender desde logo a começar pela eliminação sumária do empreguismo.¹¹⁶

O jornal prosseguiu sua manifestação demonstrando grande descontentamento e até mesmo, de certa forma, constrangimento pela maneira como se deparava a situação financeira do governo do Rio Grande do Sul:

A situação em que o Estado se encontra não dispondo mais de recursos sequer para manter em dia as folhas de pagamento dos seus servidores, constitui uma página que jamais se poderia imaginar viesse ocorrer nos fastos da história administrativa do Rio Grande tão ciosos eram os nossos ancestrais no cumprimento das obrigações do Estado para todos quantos dependessem do poder público¹¹⁷.

O jornal *Gazeta do Sul*, no entanto, não mostrou preocupação apenas com a situação financeira da nação ou do Estado. Junto a isso, a política aventureira de Jânio e Jango e uma suposta ameaça comunista à ordem, foram fatores que tiveram ligação nos editoriais do periódico. Antes de mais nada, é importante salientar, que a política externa de Jânio Quadros, mais próxima de Cuba, da China Comunista e da União Soviética, causava descontentamento

¹¹⁴ Ibidem, p. 3.

¹¹⁵ Rio Grande atravessa fase negra. Editorial. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 16 set. 1961, p. 3.

¹¹⁶ Ibidem, p. 3.

¹¹⁷ Ibidem, p. 3.

nos meios conservadores. A posse de João Goulart na presidência, agravou ainda mais a situação. Conforme Skidmore,¹¹⁸ os militares consideravam inaceitável ter João Goulart na presidência, por motivos de segurança nacional. Acusavam Jango de ser um agitador dos meios operários e de ter entregue a “agentes do comunismo internacional” posições importantes nos sindicatos, além de ter enaltecido o sucesso dos comunistas durante sua visita à China Comunista. Em suma, os militares acreditavam que por meio de João Goulart, se abriria no país uma porta de entrada para o comunismo.

Sobre o comunismo do Brasil pode-se considerar, como faz Carla Simone Rodeghero,¹¹⁹ que este no país não é associado somente aos “partidos que o têm como bandeira”, mas “a todos os partidos de esquerda, ou a alguns de seus membros em particular; aos indivíduos atuantes em movimentos sindicais, estudantis ou qualquer outro tipo de movimento popular”.¹²⁰ Setores como a Igreja Católica e a imprensa tiveram papel preponderante na disseminação desta ideia e na criação de um anticomunismo no Brasil.¹²¹ Por vezes, esses dois setores caminharam juntos no “combate” aos ideários comunistas. Nesse sentido, deve-se observar o editorial de 05 de setembro de 1961, em meio à crise política-institucional, publicado pelo jornal *Gazeta do Sul*. Com o título “Os Cristãos e o Comunismo”, o periódico aproximou Igreja e imprensa, em uma conjuntura na qual, provavelmente, se discutia a possibilidade de uma ameaça comunista no país.

Logo nas primeiras linhas do editorial é possível entender o objetivo do jornal com o texto: a de “combate ao totalitarismo comunista e de apoio a imprensa privada, em nome da dignidade humana”.¹²² Não obstante, o periódico pretendeu mostrar a posição dos cristãos – no caso dos católicos, já que não é feita menção aos evangélicos, por exemplo –, frente ao comunismo. Sendo assim, é possível ler nas linhas do editorial o seguinte dizer do Papa Pio XI:

O comunismo é intrinsecamente mau e não se pode admitir, em campo algum, colaboração com ele, por parte de quem quer que pretenda salvar a civilização cristã. E se alguém, induzido em erro, cooperasse para a vitória

¹¹⁸ SKIDMORE, 1979, p. 256-257.

¹¹⁹ RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

¹²⁰ RODEGHERO, 1998, p. 22.

¹²¹ Para entender o papel da Igreja Católica na disseminação do anticomunismo ver: RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

¹²² Os Cristãos e o Comunismo. Editorial. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 05 set. 1961, p. 3.

do comunismo em seu país, seria o primeiro a cair como vítima do próprio erro.¹²³

Através dessa citação e de outros exemplos que procuram mostrar os perigos do comunismo, o jornal fez a seguinte manifestação:

Se o ponto de vista da religião é assim tão claro, como explicar certas posições que vão desde as críticas ao anticomunismo em nome da caridade e da paz civil até o mais descarado apoio a todas as campanhas lançadas pelos totalitários?¹²⁴

E prosseguiu afirmando:

Muitas vezes o esquerdismo é uma forma de ódio ao estrangeiro, ao americano, que tem por fonte um recalque psicológico, um trauma de infância mal cicatrizado. Esses tais mal conseguem disfarçar no rosto o estigma de um triste inferiorização de ordem psíquica, que lhes aflora à consciência sob o disfarce cativante de amor à pátria e zelo pela justiça.¹²⁵

Além do mais, o periódico fez críticas ao “esquerdismo cristão”, que defendia a ideia de que “o comunismo é mau, mas o capitalismo é pior, porque hipócrita e farisaico”.¹²⁶

Contrapondo esse pensamento, o jornal afirmou:

Até mesmo um ateu de consciência reta percebe o vício desse sofisma. O mundo comunista, por ser totalitário, é de fato e de direito a negação da dignidade humana, ao passo que no mundo capitalista há liberdade para se construir uma sociedade melhor, inclusive a liberdade de denunciar as tentativas de fraude do direito em benefício de ilegítimos interesses econômicos.¹²⁷

Fica evidente, nesta perspectiva, que o jornal atuou como um ator anticomunista, dirigindo-se aos seus leitores em defesa dos princípios cristãos e contra as ideias comunistas. Meses mais tarde, em 03 de fevereiro de 1962, o periódico *Gazeta do Sul* voltou a publicar um editorial, no qual deixou transparecer sua posição de combate ao comunismo. No texto

¹²³ Ibidem, p. 3.

¹²⁴ Ibidem, p. 3.

¹²⁵ Ibidem, p. 3.

¹²⁶ Ibidem, p. 3.

¹²⁷ Ibidem, p. 3.

intitulado de “Aliados da Inflação”, o jornal caracterizou o problema inflacionário como o maior inimigo do Brasil, ao criar um ambiente favorável às “culturas deletérias”, interessadas na destruição social.¹²⁸ Nesse sentido, percebe-se a alusão que o jornal fez aos comunistas, como um grupo interessado em destruir a ordem nacional. Sobre o perigo que o aumento inflacionário causava, o periódico afirmou:

O processo inflacionário, depois de atingir o grau a que chegou, no nosso país não se limita a minar o sistema financeiro e o arcabouço econômico da sociedade. Provoca o desmoronamento das instituições, para terminar subvertendo quando menos se espera, a fisionomia política e social. [...] Cria-se, desse modo, um ambiente favorável às culturas deletérias, florescendo no pântano inflacionário os germes da destruição social. Como da instabilidade e a insegurança são características da inflação, a própria demagogia, que nas épocas de equilíbrio econômico – financeiro não oferece maiores perigos, transforma-se numa ameaça de grave conteúdo subversivo nos períodos inflacionários.¹²⁹

Posteriormente, o jornal atribuiu à inflação a responsabilidade pela instauração do comunismo na China. Salientando, ainda, que enquanto as autoridades não se convencerem de que é preciso conter a inflação, a sobrevivência das instituições nacionais estaria gravemente ameaçada.

O principal aliado dos revolucionários chineses foi a inflação, assim como uma de suas piores consequências, que é a corrupção dos meios políticos e administrativos. É por esse e outros motivos que os elementos interessados em subverter a ordem democrática e a civilização cristã, no nosso país, não se preocupam e nem sequer aludem ao processo inflacionário, nas suas atividades agitadoras, muito embora saibam, como todo o mundo que reside na inflação a principal causa da angustia econômica e social em que se debate o país, com tanta intranquilidade e sofrimento nas grandes camadas populares.¹³⁰

A partir do excerto anterior, é possível notar que mais uma vez o jornal fez menção aos cristãos, criando novamente uma ligação entre Igreja Católica e imprensa no combate às ideias comunistas. No entanto, vale mencionar conforme Carla Simone Rodeghero,¹³¹ que toda imprensa que não fosse de orientação católica ou que tratasse de temas religiosos, como espiritismo e protestantismo, ou que discutisse assuntos políticos, como comunismo e

¹²⁸ Aliados da Inflação. Editorial. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 03 fev. 1962, p. 3.

¹²⁹ Ibidem, p. 3.

¹³⁰ Ibidem, p. 3.

¹³¹ RODEGHERO, 1998, p. 119-120.

anarquismo, ainda que se ocupasse a falar também de outros temas, era classificada como imoral, e desta forma, como *imprensa inimiga*. Neste sentido, havia um esforço da Igreja Católica em orientar seus fiéis a assinarem somente revistas e jornais de orientação católica, caso contrário estariam contribuindo para a expansão de ideias do mal.

Tendo em vista, o apoio e as esperanças depositadas na emenda parlamentarista pelo jornal *Gazeta do Sul*, e a preocupação do periódico com o combate à inflação e com uma possível ameaça comunista, possibilita levantar a hipótese de que, uma vez instaurado, o parlamentarismo configuraria para o jornal, uma oportunidade de sanar ou evitar o avanço desses problemas. Sendo assim, o gabinete parlamentarista com uma eficiente equipe econômica representaria a possibilidade de resolução do problema inflacionário. Ao mesmo tempo, que ao limitar os poderes de João Goulart, o novo sistema evitaria o avanço comunista e a desordem no país, conforme acreditavam os grupos conservadores da época.

3 O PLEBISCITO DE 1963: DA CAMPANHA PELA ANTECIPAÇÃO À REVOGAÇÃO DO ATO ADICIONAL

A emenda parlamentarista desagradou diversos setores políticos e sociais, que empenharam-se para a reversão desse novo sistema de governo em um período menor do que o previsto pelo Ato Adicional nº 4, responsável pela adoção do parlamentarismo no Brasil. Desde o início dessa nova fórmula governamental, o presidente João Goulart e outras lideranças políticas mobilizaram-se no sentido de antecipar o plebiscito que definiria sobre a continuidade do parlamentarismo ou o retorno do presidencialismo. Neste cenário, atuaram diversas lideranças partidárias de renome nacional e também distintos setores da sociedade, que discutiram sobre a necessidade e a viabilidade da realização do plebiscito.

Nesta perspectiva, o presente capítulo analisa o contexto da antecipação do plebiscito, observando a atuação de lideranças partidárias, de setores sociais e da imprensa. Pretende-se apresentar, neste sentido, um histórico que vai desde as crises nos gabinetes parlamentaristas, passando pelas discussões acerca do plebiscito, até a revogação da Emenda parlamentarista, considerando as posições político-partidárias que atuaram neste contexto, sendo elas favoráveis ou contrárias à consulta popular.

3.1 Os gabinetes parlamentaristas e a campanha pela antecipação do plebiscito

A emenda à Constituição que instituiu o sistema parlamentarista em setembro de 1961, deixou aberta a possibilidade de retorno ao presidencialismo, através de um plebiscito a ser realizado em 1965 e nove meses antes do final do mandato do presidente João Goulart, conforme o artigo 25 do Ato Adicional nº 4:

Art. 25 – A lei votada nos termos do art. 22 poderá dispor sobre a realização do plebiscito que decida da manutenção do sistema parlamentar ou volta o sistema presidencial, devendo, em tal hipótese, fazer-se a consulta plebiscitária nove meses antes do termo do atual período presidencial.¹³²

¹³² TEXTO DA EMENDA PARLAMENTARISTA. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso 14 out. 2016.

O retorno do presidencialismo representava para Jango a possibilidade de reaver seus poderes usurpados pelo parlamentarismo, além é claro, de ter a oportunidade de pôr em prática seus projetos reformistas. Talvez por esse motivo, João Goulart, tenha desde o início de seu governo trabalhado pela antecipação do plebiscito e, também, de certa forma, contribuído para mostrar a ineficiência do modelo parlamentarista. Não obstante, vale mencionar, que o termo plebiscito empregado na época e comumente utilizado pela historiografia até hoje, não é o mais adequado. No caso da consulta popular de 1963, o termo *referendum* é o que melhor se adequa a ocasião, pois caracteriza-se por ser um meio que serve para aprovar atos do Estado, ao tempo, que plebiscito, refere-se a consultas prévias a fim de permitir a prática de determinadas ações.¹³³ A própria imprensa da época chegou a salientar essa diferença entre os termos, conforme fez o jornal *Gazeta do Sul* em 05 de janeiro de 1963, ao afirmar que segundo entendidos a palavra plebiscito estaria mal empregada, por não se tratar de uma consulta prévia.¹³⁴ No entanto, optou-se neste trabalho pela utilização do termo plebiscito, por ser este o mais utilizado.

Durante o período de funcionamento do parlamentarismo, João Goulart operou junto aos primeiros-ministros na tentativa de mostrar a impraticabilidade do sistema e de antecipar o plebiscito previsto para 1965. Deste modo, conforme Skidmore,¹³⁵ João Goulart e Tancredo Neves (PSD),¹³⁶ o primeiro-ministro que inaugurou o sistema parlamentarista, seguiram um plano destinado a demonstrar a inviabilidade do modelo parlamentarista, tendo como objetivo reforçar a necessidade da volta ao sistema presidencialista. O gabinete de Tancredo Neves caracterizou-se pelo seu caráter de “conciliação nacional”,¹³⁷ por incluir uma representação equilibrada da maioria dos partidos, sendo o PSD (Partido Social Democrático), partido com maioria no Congresso, agraciado com quatro Ministérios, incluindo a chefia de governo.¹³⁸ Além disso, conforme destacou o jornal *Gazeta do Sul* em 09 de setembro de 1961, a aprovação de Tancredo Neves para o primeiro gabinete ministerial, significou uma vitória do

¹³³ Para saber mais sobre as diferenças e semelhanças entre plebiscito e *referendum*, consultar: GEMA, G. *Plebiscito*. In: GEMMA, G. *Plebiscito*. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. Brasília: UNB, 1998, p. 927, e na mesma obra, o verbete “Referendum”, p. 1074-1077.

¹³⁴ Referendo e não plebiscito. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 05 jan. 1963, p. 1.

¹³⁵ SKIDMORE, 1979, p. 267-268.

¹³⁶ *Tancredo Neves* (São João Del Rei – MG, 1910). Iniciou sua carreira política como vereador em sua cidade natal. Foi eleito deputado estadual em 1947 e deputado federal em 1951. Atuou como Ministro da Justiça entre 1953 e 1954, no Governo de Getúlio Vargas. Foi também Diretor do Banco de Crédito Real e Diretor do Banco do Brasil. Em 1961, inaugurou o primeiro gabinete parlamentarista no governo João Goulart. Foi eleito novamente deputado federal entre 1963 e 1979 e foi governador de Minas Gerais entre 1983 a 1984. Em 1985, foi eleito indiretamente presidente da República, mas não chegou a assumir devido ao seu falecimento. Ver mais em DHBB – CPDOC/FGV.

¹³⁷ GOMES; FERREIRA, 2007, p. 139.

¹³⁸ SKIDMORE, 1979, p. 265.

ex-presidente Juscelino Kubistchek (PSD), interessado no retorno do presidencialismo, contra Amaral Peixoto, presidente do PSD, que dera preferência ao nome de Gustavo Capanema,¹³⁹ outro pessedista.¹⁴⁰

O gabinete ministerial chefiado por Tancredo Neves funcionou até junho de 1962, quando muitos de seus membros desligaram-se de seus cargos para concorrerem nas eleições de outubro. Iniciou-se a partir daí um debate político para definir o sucessor de Neves na chefia de governo. João Goulart indicou, primeiramente, o nome de San Tiago Dantas,¹⁴¹ com grande prestígio junto às esquerdas e sindicatos, porém rejeitado pela direita. Dantas, no entanto, não foi aprovado pela Câmara dos Deputados que o rejeitou com votação maciça contrária do PSD e da UDN, conforme noticiou o jornal *Gazeta do Sul* em 20 de junho de 1962.¹⁴² Foram 174 votos contrários e 110 favoráveis a San Tiago Dantas no cargo de primeiro-ministro.

Diante da recusa da Câmara em concordar com o nome de San Tiago Dantas, João Goulart indicou o senador Moura Andrade,¹⁴³ um dos líderes do PSD para a chefia do governo. Moura Andrade era ligado aos movimentos mais conservadores da política nacional, o que contribuiu para que sua indicação causasse descontentamento nos meios sindicais.

¹³⁹ *Gustavo Capanema Filho* (Pitangui – MG, 1900). Aos 27 anos, Gustavo Capanema elegeu-se vereador em sua cidade natal. Foi partidário da Aliança Liberal – coligação de líderes políticos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba – que apoiou Getúlio Vargas na eleição presidencial em que este foi derrotado por Júlio Prestes e na Revolução de 30. Em 1934 foi nomeado pelo presidente Getúlio Vargas para dirigir o Ministério da Educação e Saúde. Com o fim do Estado Novo, Capanema filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), pelo qual elegeu-se deputado federal constituinte em Minas Gerais, em 1945 e, em seguida, obteve inúmeros mandatos parlamentares. Em 1964, apoiou o golpe que depôs o presidente João Goulart e, logo depois, com a instituição do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), base política do regime militar. Ver mais em DHBB – CPDOC/FGV.

¹⁴⁰ Tancredo Neves o “premier”. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 09 set. 1961, p. 1.

¹⁴¹ *Francisco Clementino San Tiago Dantas* (Rio de Janeiro – RJ, 1911). Atuou como jornalista, advogado, professor, deputado federal, ministro das Relações Exteriores e da Fazenda. Ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1955 e foi eleito deputado federal por Minas Gerais em 1958. Exerceu o cargo de Ministro de Relações Exteriores, de 1961 a 1962, no primeiro gabinete parlamentarista do governo João Goulart, sendo um dos precursores da “política externa independente”, defendendo que o Brasil deveria negociar com todos os países, desde que fossem respeitadas as normas internacionais. Em 1963, no governo presidencialista de Goulart, San Tiago Dantas assumiu a pasta da Fazenda, comprometendo-se com um programa de austeridade econômica baseado nas diretrizes traçadas em fins de 1962 pelo Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, de autoria de Celso Furtado. Ver mais em DHBB – CPDOC/FGV.

¹⁴² Câmara rejeitou San Thiago com a votação maciça do PSD e UDN. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 20 jun. 1962, p. 1.

¹⁴³ *Auro de Moura Andrade* (Barretos – SP, 1915). Iniciou sua trajetória política em 1947, elegendendo-se deputado à Assembleia Constituinte paulista pela União Democrática Nacional (UDN). Em 1950, elegeu-se deputado federal. Em 1952, passou para a legenda do Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1954, ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas nesse mesmo ano filiou-se ao Partido Trabalhista Nacional (PTN), pelo qual elegeu-se senador, em outubro. Posteriormente, transferiu-se para o Partido Social Democrático (PSD). Atuou como presidente do Senado de 1962 a 1967. Ver mais em DHBB – CPDOC/FGV.

Mesmo assim, o Congresso aprovou a nomeação do então senador por 223 votos a 47.¹⁴⁴ Soube-se na época, que Jango havia escrito, previamente, uma carta não datada, mas assinada, com a renúncia de Moura Andrade, que num curto período de quarenta e oito horas, realmente renunciou.¹⁴⁵ O motivo da renúncia de Andrade, não obstante, pode ser entendida a partir da recusa de João Goulart em aprovar alguns nomes para os cargos de ministros, já que entre os indicados pelo pessedista figuravam alguns elementos apoiadores do movimento que tentou impedir a posse de Jango em agosto de 1961.¹⁴⁶ Além disso, a aprovação do nome de Moura Andrade, fez com que os movimentos sindicais organizassem uma greve geral marcada para o dia 05 de julho, em represália a ação do Congresso. Os rumos dos acontecimentos, porém, fizeram com que membros do governo e o próprio presidente tentassem impedir o movimento paredista. Neste sentido, o jornal *Gazeta do Sul* comunicou na edição de 05 de julho de 1962, a notícia de que João Goulart havia realizado um apelo aos trabalhos a fim de que suspendessem a greve.¹⁴⁷ Mesmo diante dos apelos para a suspensão da greve, o movimento paredista foi o maior até então realizado, ocorrendo em nível nacional e sendo coordenado por um Comando Geral de Greve, conforme Demian Bezerra de Melo.¹⁴⁸ No Rio Grande do Sul:

a greve foi no dia 6, parando comércio, cinemas e transportes, sendo total em Porto Alegre, com exceção de alguns serviços essenciais. Toda a indústria paralisou. Também neste caso houve a tentativa de impedir a deflagração do movimento, através de apelos do governador Leonel Brizola dirigidos ao Comando Sindical.¹⁴⁹

Em Santa Cruz do Sul, o Comando Sindical do município não aderiu a greve, embora tenha se demonstrado solidário a João Goulart. Conforme noticiou o periódico *Gazeta do Sul*, o Comando Sindical dos Trabalhadores das Indústrias de Santa Cruz do Sul deliberou não aderir ao movimento grevista, apesar das solicitações feitas pelas Federações Estaduais. A decisão do Comando Sindical foi tomada com base no apelo feito pelo Presidente da República, que solicitou que não fossem efetuados movimentos paredistas, visto que os mesmos poderiam agravar ainda mais a situação no país.¹⁵⁰ Além do mais, o Comando

¹⁴⁴ MELO, 2009, p. 111.

¹⁴⁵ SKIDMORE, 1979, p. 268.

¹⁴⁶ Grave crise política: Premier renunciou!. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 05 jul. 1962, p. 1.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 1.

¹⁴⁸ MELO, 2009, p. 116-117.

¹⁴⁹ MELO, 2009, 118.

¹⁵⁰ Comando Sindical, embora solidário com Jango, não aderiu à greve. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 07 jul. 1962, p. 1.

Sindical levou em consideração o fato de que esses movimentos poderiam gerar atos de violência, já que crescia o descontentamento dos trabalhadores contratados por safra nas indústrias fumageiras do município.

Ainda, levamos em consideração o fato de que esses movimentos em situações como está atravessando o país, poderia dar margem a manifestações violentas, uma vez que nestas ocasiões muitas pessoas dão vazão aos seus ódios e recalques. E ainda mais que em nossa cidade está se gerando um grande movimento de insatisfação entre os trabalhadores contratados por safra.¹⁵¹

É imprescindível notar que, possivelmente, a greve geral tenha desempenhado importante papel na indicação do novo nome para o gabinete de primeiro-ministro, que recaiu sobre o jurista e secretário do Interior do governo do Rio Grande do Sul, Brochado da Rocha (PSD),¹⁵² aprovado com ampla margem de votos, 217 a 59.¹⁵³ Outro fator importante a ser destacado é o fato de que, possivelmente, por ser um nome desconhecido no cenário nacional, Brochado da Rocha não tenha enfrentado grande oposição na Câmara, tendo sido aceito com poucas restrições. Além disso, no novo gabinete a pasta do Trabalho passou a ser ocupada por Hermes Lima,¹⁵⁴ do PTB da Bahia, o que agradou os meios sindicais.

O elemento mais significativo do gabinete de Brochado da Rocha foi a discussão sobre a antecipação do plebiscito, objetivo explícito do novo primeiro-ministro, do presidente João

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 1.

¹⁵² *Francisco de Paula Brochado da Rocha* (Porto Alegre, 1910). Iniciou sua vida pública depois da derrubada do Estado Novo, quando foi nomeado secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul. Em janeiro de 1947 foi eleito deputado para a Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, pela legenda do PSD. Exerceu as funções de consultor-geral da República durante o governo de Nereu Ramos (1955-1956). Em 1959 assumiu a chefia da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, no governo de Leonel Brizola, sendo transferido no ano seguinte para o cargo de secretário do Interior e Justiça. Exerceu também interinamente as secretarias de Energia e Comunicações, de Economia, Indústria e Comércio, do Trabalho e Habitação, da Administração e da Fazenda. Nos anos de 1961 e 1962, assumiu algumas vezes, também interinamente, a chefia do Executivo gaúcho. Em 10 de julho de 1962, seu nome foi aprovado pelo Congresso por 215 votos contra 58, como novo primeiro-ministro do governo João Goulart. Diante de uma série de impossibilidades de obter a aprovação parlamentar para medidas pleiteadas, Brochado da Rocha renunciou no dia 14 de setembro, seguindo imediatamente para Porto Alegre. Doze dias após a sua renúncia faleceu em Porto Alegre.

¹⁵³ MELO, 2009, p. 121.

¹⁵⁴ *Hermes Lima* (Livramento do Brumado – BA, 1902). Diplomou-se advogado pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1924, nesse mesmo ano foi eleito deputado estadual. Em 1945, com a desagregação do Estado Novo, participou da fundação da União Democrática Nacional (UDN) e da Esquerda Democrática (ED), tendo sido eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte (ANC) por essa legenda. Em 1947, participou da fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 1953, ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em julho de 1962, quando Francisco Brochado da Rocha assumiu a chefia do gabinete, tornou-se ministro do Trabalho. Em setembro do mesmo ano, foi nomeado por Goulart para o cargo de primeiro-ministro. Ver mais em DHBB – CPDOC/FGV.

Goulart, e de possíveis presidenciais às eleições previstas para 1965, como Juscelino Kubistchek e Magalhães Pinto, interessados no retorno do presidencialismo o mais breve possível. O descontentamento com o parlamentarismo era perceptível nas mais diferentes esferas políticas e sociais, neste sentido, Thomas Skidmore,¹⁵⁵ afirma que:

havia um amplo apoio, tanto no centro quanto na esquerda, em favor de um pronto retorno ao sistema presidencial. Quase todos os observadores, independentemente de sua opinião política, concordavam que o Brasil necessitava de um poder executivo federal forte.¹⁵⁶

As eleições parlamentares previstas para outubro de 1962, configuravam-se como uma excelente oportunidade para realizar-se também a consulta plebiscitária, já que durante este período os candidatos voltariam aos seus redutos eleitorais, podendo colaborar na campanha a favor da restauração dos poderes presidenciais de João Goulart. Diante desta possibilidade, houve durante os meses de agosto e setembro um esforço para que o Congresso aprovasse a realização do plebiscito para o dia 07 de outubro, junto das eleições parlamentares. Em 18 de agosto, porém, surgiu uma nova possibilidade para a resolução da questão, e que parecia agradar a maioria conservadora da Câmara. Tratava-se de uma emenda constitucional de autoria de Oliveira Brito¹⁵⁷ (PSD-BA), que defendia a tese de que a decisão sobre o plebiscito deveria ser atribuída ao novo Congresso, a ser eleito nas eleições de outubro. Podendo a consulta ser realizada em abril de 1963. Além do mais, a emenda prometia dar poderes constitucionais ao novo Congresso, fortalecendo ainda mais o poder Legislativo.¹⁵⁸

O processo pela antecipação da consulta popular contou com o apoio do Comando Geral de Trabalhadores (CGT), que viam no plebiscito um meio para viabilizar as reformas de base. Diante da recusa da maioria conservadora do Congresso em antecipar o plebiscito, o CGT divulgou em 11 de setembro, um manifesto exigindo a antecipação da consulta à

¹⁵⁵ SKIDMORE, 1979, p. 270.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 270.

¹⁵⁷ *Antônio Ferreira de Oliveira Brito* (Ribeira do Pombal – BA, 1908). Advogado formado pela Faculdade de Direito da Bahia em 1933, iniciou sua vida política em 1947, quando foi eleito deputado à Assembleia Constituinte da Bahia. No pleito de 1950, elegeu-se deputado federal, reelegendo-se em 1954 e 1958. Foi titular da pasta da Educação e Cultura, no gabinete de Tancredo Neves, de setembro de 1961 a junho de 1962, quando retornou à Câmara. Em outubro foi mais uma vez eleito deputado federal. Em junho de 1963, Oliveira Brito foi designado para o Ministério das Minas e Energia. Ver mais em DHBB – CPDOC/FGV.

¹⁵⁸ MELO, 2009, p. 133.

população, sob a ameaça de uma nova greve geral.¹⁵⁹ O jornal *Gazeta do Sul*, no editorial de 13 de setembro de 1962, classificou a atitude de alguns setores sindicais como “impatriótica”. Na visão do periódico, não foi a primeira vez que o grupo procurou “arrastar o operário brasileiro para uma tomada de posição incompatível com o verdadeiro espírito das organizações sindicalistas”. O texto destacou, ainda, a posição do Movimento Sindical Democrático do Rio Grande do Sul, que lançou um manifesto de alerta aos trabalhadores do Estado, dizendo ter a greve finalidade “puramente política”, estando revestida de “caráter nitidamente subversivo, para satisfazer interesses de alguns falsos líderes, mancomunados com elementos filiados a correntes ideológicas estranhas à índole democrática e cristã do povo brasileiro”. O jornal concluiu afirmando, que caberia ao Congresso Nacional, como “expressão maior do sistema democrático”, agir de maneira “altiva e soberana”, proporcionando ao Poder Executivo “os meios legais para a solução das grandes questões desta hora de crise”.¹⁶⁰

O periódico voltou a fazer críticas ao movimento grevista em uma opinião assinada pelo então diretor do jornal, Francisco J. Frantz, e publicada na capa da edição de 18 de setembro de 1962, com o título “Greve Geral por Motivos Políticos”.¹⁶¹ No texto é possível perceber que o jornal “comemora” o fracasso do movimento paredista, elogiando, de certa forma, o trabalhador pela não adesão à greve, afirmando que: “acertado andou o trabalhador brasileiro, quando repudiou a iniciativa dos líderes sindicais, que quiseram usar as classes trabalhadoras como massa de manobra para os seus sinistros intentos”.¹⁶² Além disso, o diretor do periódico criticou as greves por motivos políticos dizendo que:

Em todos os países do mundo a greve é o recurso extremo de que se valem os assalariados para defender-se do empregador explorador e reacionário. Daí poderemos afirmar que a greve por motivos políticos, constitui autêntico suicídio dos sindicatos. Eles se desmoralizam e perdem a pujança.¹⁶³

A partir do excerto anterior é possível fazer uma leitura que indica uma postura contrária do periódico aos movimentos grevistas, ao apontar a greve como um “recurso extremo”, ou seja, que só deve ser colocada em prática em último caso. Sobre o fracasso da

¹⁵⁹ Ibidem, p. 137.

¹⁶⁰ Atitude impatriótica. Editorial. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 13 set. 1962, p. 3.

¹⁶¹ Greve Geral por motivos políticos. Opinião de Francisco J. Frantz. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 18 set. 1962, p. 1.

¹⁶² Ibidem, p. 1.

¹⁶³ Ibidem, p. 1.

greve de setembro, Demian Bezerra de Melo¹⁶⁴ explica que esta pode ter sido mais fraca do que a de julho por ter acontecido em um sábado, dia em que muitos trabalhadores estão de folga.

Em meio a conflagração da greve geral e tendo colocado seu cargo como “questão de confiança” perante o Congresso, Brochado da Rocha renunciou em 14 de setembro. Doze dias após a sua renúncia, em 26 de setembro, faleceu em Porto Alegre. Na madrugada do dia 15, por 169 votos a 83 foi aprovado o projeto que antecipava o plebiscito para o dia 6 de janeiro de 1963. Em poucos meses os brasileiros teriam que votar “sim” ou “não” pelo sistema parlamentarista. O projeto de antecipação da consulta plebiscitária foi articulado pelo general Nelson de Mello,¹⁶⁵ pelo então senador Juscelino Kubistchek, pelo deputado Gustavo Capanema (PSD-MG) e por Amaral Peixoto, líder do PSD. Tratava-se de uma emenda do também senador Benedito Valadares (PSD-MG)¹⁶⁶ ao projeto de Capanema que, pretendia institucionalizar o parlamentarismo, marcando a data para a consulta popular e estabelecendo um prazo de noventa dias para a regulamentação do sistema escolhido pelos eleitores no plebiscito.¹⁶⁷

No dia 18 de setembro, João Goulart indicou o então ministro do Trabalho, Hermes Lima (PTB-BA) como novo primeiro-ministro. A aprovação do nome de petebista pelo Congresso foi demorada, sendo aceita somente em dezembro, por 137 votos contra 27, e 3 abstenções.¹⁶⁸ O gabinete de Hermes Lima, no entanto, funcionou desde a sua nomeação, estando ele, porém, condicionado ao resultado do plebiscito.

¹⁶⁴ MELO, 2009, p. 138.

¹⁶⁵ *Nelson de Mello* (Santana do Livramento – RS, 1899). Ingressou na Escola Militar do Realengo (RJ), assentando praça em março de 1917. Fez parte na Revolução de 1930, conspirando no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Em 1931 foi promovido a capitão e transferido para Pernambuco, onde assumiu a Secretaria de Segurança Pública. Em 1943 foi nomeado chefe de polícia do Distrito Federal. Promovido a coronel por merecimento em 1944. Com a posse de Juscelino Kubitschek, Nelson de Mello foi nomeado, em 1956, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Em 1961 foi nomeado pelo presidente João Goulart comandante do II Exército. Em julho de 1962 tornou-se ministro da Guerra. Foi um dos apoiadores do golpe cívico-militar de 1964. Ver mais em DHBB – CPDOC/FGV.

¹⁶⁶ *Benedito Valadares Ribeiro* (Pará de Minas – MG, 1892). Iniciou sua carreira política como vereador em sua cidade natal. Em 1930 apoiou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas, lançada pela Aliança Liberal, coligação que reunia os setores políticos dirigentes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Era prefeito de Pará de Minas quando o movimento revolucionário foi deflagrado, em outubro de 1930. Em abril de 1935, foi eleito pelos deputados constituintes mineiros como governador constitucional do Estado. Após o final do Estado Novo, ingressou no Partido Social Democrático (PSD). Em 1946, assumiu seu mandato de deputado federal constituinte. Reelegeu-se para a Câmara Federal em 1950, e, em 1954 obteve o mandato de senador, que foi renovado em 1962. Em 1964, apoiou o golpe que afastou João Goulart da presidência da República. Em 1966, com a extinção dos antigos partidos, ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena). Ver mais em DHBB – CPDOC/FGV.

¹⁶⁷ MELO, 2009, p. 136-138.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 141.

3.2 Brizola e a “cruzada” em favor do presidencialismo

A edição do jornal *Gazeta do Sul* do dia 28 de dezembro de 1962 trouxe em sua capa uma manchete que possivelmente deixou muitos santa-cruzenses entusiasmados, principalmente aqueles ligados aos movimentos sindicalistas. Com destaque, o jornal anunciou: “GOVERNADOR BRIZOLA EM STA. CRUZ NO DIA 3 DE JANEIRO”.¹⁶⁹ A visita inusitada do governador do Rio Grande do Sul à cidade tinha um objetivo maior: defender a restauração do presidencialismo como modelo de governo para o país. Para esta ocasião, estava previsto que Brizola proferisse uma palestra em favor do plebiscito e do presidencialismo, a ser realizada às 17 horas no Sindicato de Alimentação do município. Além da conferência, o governador visitaria obras públicas do Estado e ouviria as principais reivindicações do Diretório Regional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

A esperada visita, no entanto, acabou por ser cancelada. Na tiragem de 3 de janeiro de 1963, dia em que era aguardado o desembarque do governador no aeroporto de Linha Santa Cruz, o jornal comunicou o cancelamento de sua visita. Se sua vinda à Santa Cruz do Sul estava ligada à campanha do plebiscito, o cancelamento de sua visita também. O empenho de Leonel Brizola na restauração dos poderes presidenciais usurpados de João Goulart, fez com que o governador do Rio Grande do Sul desmarcasse sua visita à cidade em virtude de uma inesperada viagem ao Rio de Janeiro, onde participaria do encerramento da campanha a favor do presidencialismo no rádio e na televisão.¹⁷⁰

A viagem de Brizola ao Rio de Janeiro foi mais um passo para sua ascensão em escala nacional, neste momento, já estando eleito como Deputado Federal pelo Estado da Guanabara. Leonel Brizola passou a ter visibilidade nacional a partir da Campanha da Legalidade em 1961, quando liderou em seu Estado – o Rio Grande do Sul –, um levante a fim de garantir a posse Constitucional de seu cunhado João Goulart na Presidência da República. O movimento pela posse de Goulart, fez com que Brizola passasse a ser um nome conhecido no território nacional. Sua projeção, no entanto, tornou-se ainda maior, a partir do momento em que este passou a atuar em prol da antecipação do plebiscito, inicialmente marcado para o ano de 1965. A antecipação da consulta ao povo para Jango, Brizola e outros interessados nas reformas de

¹⁶⁹ Governador Brizola em Sta. Cruz no dia 3 de janeiro. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 28 dez. 1962, p. 1.

¹⁷⁰ Governador Leonel Brizola cancelou a sua visita. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 03 jan. 1963, p. 1.

base, era essencial e deveria ser feita o quanto antes, pois, acreditava-se que só com poderes integrais, João Goulart poderia pôr em prática as ideias reformistas, que norteavam a política de seu partido, o PTB.

A atuação de Brizola a favor do presidencialismo aconteceu antes mesmo da realização da consulta plebiscitária. Em setembro de 1962, dias antes da aprovação da antecipação do plebiscito para janeiro de 1963, Leonel Brizola e outros candidatos de esquerda nas eleições de outubro, como Aurélio Viana, Elói Dutra, Sérgio Magalhães e Osvaldo Pacheco, reuniram-se no Largo do Machado, na Guanabara, no chamado “Comício da Independência”. Na ocasião o grupo fez algumas reivindicações, entre elas: uma reforma agrária radical, as reformas de bases, a revisão do salário mínimo, a antecipação do plebiscito, entre outras.¹⁷¹

A campanha de Brizola em favor do presidencialismo também se fez presente em Estados do Nordeste, pelos quais o petebista percorreu em dezembro de 1962, divulgando também os projetos das reformas de base. Como menciona Demian Bezerra de Melo¹⁷², a ida de Brizola ao Nordeste foi muito criticada pela imprensa nacional e regional, que afirmou ter ele vinculado a campanha do plebiscito à sua “promoção pessoal” e à “agitação subversiva”.

As críticas, porém, não se resumiram apenas a essa região do país. Em seu Estado natal, o Rio Grande do Sul, Brizola também recebeu condenações pela sua atuação na campanha plebiscitária. O jornal *Gazeta do Sul*, no dia anterior ao plebiscito, publicou uma opinião assinada por “E.R.W”, intitulado “Haverá razões para um ‘sim’?”. Mesmo sem citar o nome de Leonel Brizola, o emissor fez críticas que nitidamente foram direcionadas ao ainda governador do Rio Grande do Sul. Disse o autor do texto:

Nosso Rio Grande talvez não tivesse tido, em sua história precedente igual: a demagogia e o “papo” como ação de governo. E aquele cidadão começou a pregar o seu nacionalismo. Agora é o “apóstolo” do “Não” faccioso.¹⁷³

E prosseguiu afirmando:

¹⁷¹ MELO, 2009, p. 134-135.

¹⁷² Ibidem, p. 182.

¹⁷³ Haverá razões para um “sim”?. Opinião de E.R.W. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 05 jan. 1963, p. 5.

E aquele discursivo do plebiscito, numa verborreia toda peculiar, mistificando um sistema governamental outrora opinando pelo seu caudilho – maquiavélico, já que que vê no presidencialismo a continuação de oportunidade política, prega, com rasgada nacionalismo, a um povo eivado de prosélitos e “pelegos” sempre ávidos da sua demagogia, a necessidade imperiosa da vitória do “NÃO”.¹⁷⁴

Por último, conclamou os leitores a votarem “sim” no plebiscito, como demonstração de uma “atividade cívica um pouco mais clara”. Sugeriu, ainda, que os leitores do periódico dessem:

um corte na demagogia, na brasilidade nacionalista, no “brizolismo” estreito e ignaro – de um “fiat” patriótico ao imperativo político que está a exigir uma resolução inteligente e mesmo arriscada: vote por um parlamento a ser experimentado por que o outro, o primeiro, não chegou a tanto!¹⁷⁵

Nesta última citação fica mais evidente a crítica a Leonel Brizola, principalmente, quando o autor sugere um “corte” no “brizolismo”, classificado por ele como “estreito e ignaro”.

A projeção nacional de Brizola, desde a Campanha da Legalidade, configurou-se expressiva, a ponto de oportunizar a organização de uma espécie de “cruzada” pelo retorno do presidencialismo por todo o país. A viagem programada para Santa Cruz do Sul, embora cancelada, seguia o mesmo intuito de sua viagem ao Rio de Janeiro e a outros Estados brasileiros, ou seja, uma grande campanha no sentido de reforçar a opção pelo retorno do presidencialismo e também na perspectiva de atuar em favor das reformas de base.

3.3 A Tese Mangabeira e a possibilidade de suspensão do plebiscito

A campanha oficial do plebiscito contou com toda uma máquina de propaganda, montada, sobretudo, pelos partidários do presidencialismo. Foram criados cartazes e jingles, realizados comícios por todo o país, apelos e manifestos foram publicados em jornais e revistas, programas e anúncios foram transmitidos pelas emissoras de rádio e televisão. Toda essa propaganda, no entanto, custou aos cofres públicos bilhões de cruzeiros, conforme

¹⁷⁴ Ibidem, p. 5.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 5.

noticiou o jornal *Gazeta do Sul* em 1º de dezembro de 1962, em uma reportagem que indicou que os gastos poderiam chegar a três ou quatro bilhões de cruzeiros¹⁷⁶. Diante desse excessivo gasto de dinheiro público, o periódico manifestou-se dizendo que: “tinha razão o sr. João Mangabeira, quando defendia a revogação do Ato Adicional para se evitarem despesas”.¹⁷⁷

A proposta de revogação do Ato Adicional nº 4 que instituiu o parlamentarismo, mencionada pelo periódico, foi apresentada pelo então ministro da Justiça, João Mangabeira,¹⁷⁸ do PSD da Bahia, em 06 de novembro.¹⁷⁹ Tal proposta visava a revogação pura e simplesmente do Ato Adicional pelo Congresso, com a suspensão do plebiscito e consequentemente com a restauração dos poderes presidenciais de João Goulart, o que fez com que o jornal *Gazeta do Sul* anunciasse o possível cancelamento da consulta plebiscitária.¹⁸⁰

Nos meios políticos da época, já sabia-se que o presidencialismo era o grande favorito no plebiscito, portanto, a suspensão da consulta popular evitaria os excessivos gastos de dinheiro público. A proposta, num primeiro momento, foi bem aceita pela maioria dos líderes partidários, com exceção do então senador Juscelino Kubistchek, que classificou o plebiscito como “imperativo nacional”,¹⁸¹ devendo então ser realizado. No entanto, posteriormente alguns líderes políticos, principalmente da oposição, declararam-se contrários a revogação da emenda parlamentarista¹⁸². Demian Bezerra de Melo,¹⁸³ demonstra também que outros políticos tiveram posição semelhante, como Leonel Brizola, Sérgio Magalhães, San Tiago Dantas e Juracy Magalhães. Os dois primeiros, por exemplo, chegaram a declarar que a tese de Mangabeira caracterizava-se como uma “manobra anti-Jango”.

¹⁷⁶ Campanha oficial do plebiscito poderá custar mais de um bilhão. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 01 dez. 1962, p. 1.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 1.

¹⁷⁸ *João Mangabeira* (Salvador – BA, 1880). Formado em direito em 1897, com 17 anos transferiu-se para Ilhéus (BA), onde começou a praticar a advocacia. Deputado estadual e prefeito de Ilhéus, foi deputado federal pela Bahia entre 1909 e 1911 e entre 1914 e 1929, e senador em 1930. E 1934 elegeram-se novamente deputado federal pela Bahia. Com o final do Estado Novo, integrou a Esquerda Democrática (ED), grupo que atuava no interior da União Democrática Nacional (UDN). Em 1962 foi empossado ministro de Minas e Energia, do gabinete parlamentarista de Brochado da Rocha. No mesmo ano, atuou na pasta da Justiça, do gabinete Hermes Lima, permanecendo no cargo até maio de 1963, mesmo com a restauração do presidencialismo em janeiro anterior. Ver mais em DHBB – CPDOC/FGV.

¹⁷⁹ MELO, 2009, p. 149.

¹⁸⁰ Plebiscito poderá ser cancelado. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 10 nov. 1962, p. 1.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 1.

¹⁸² Lideranças partidárias contra a revogação do Ato Adicional. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 13 nov. 1962, p. 5.

¹⁸³ MELO, 2009, p. 149-150.

A possibilidade de revogação imediata do Ato Adicional, embora devolvesse os poderes presidenciais à João Goulart, mostrava-se também, de certa forma, um tanto incomoda. A realização do plebiscito era essencial para Goulart, Brizola e para o PTB, pois seria a partir da consulta que essas lideranças e o partido poderiam aferir sobre as reformas de base, procurando obter apoio populacional, no sentido de contribuir para a aprovação desses projetos junto ao Congresso. Além disso, o plebiscito apresentava-se também como uma possibilidade de garantir uma expressiva votação ao modelo presidencialista, o que em tese representaria também uma “eleição” para João Goulart.

A questão da revogação do Ato Adicional chegou a ser mencionada pelo jornal *Gazeta do Sul* antes mesmo da Tese Mangabeira ser defendida. Em 06 de outubro de 1962, o periódico publicou em sua capa uma opinião assinada por Francisco J. Frantz, então diretor do jornal, intitulada “Para que plebiscito?”.¹⁸⁴ No artigo, o jornal, representado pela figura de seu diretor, questionou a necessidade da realização da consulta popular aprovada pelo Congresso para o dia 06 de janeiro, sugerindo que:

O Congresso que, pressionado pelas circunstâncias, nos deu o ato adicional, pode, creio eu, revogá-lo pura e simplesmente. Mostrará que é prático, essencialmente prático, uma vez que o plebiscito sem dúvida alguma, dará a vitória ao presidencialismo, atualmente considerado por alguns políticos interessados como uma panaceia para todos os problemas nacionais.¹⁸⁵

A partir deste excerto é possível ler que o periódico já considerava a vitória do sistema presidencialista como inevitável no plebiscito de janeiro. Além do mais, cita que este modelo, no cenário da época, era considerado como uma “panaceia”, ou seja, como um remédio aos problemas nacionais. Neste caso, é interessante notar que o discurso do presidencialismo como “cura” para os problemas do país, é muito semelhante, ao discurso utilizado pelo periódico em setembro de 1961, quando, no caso, o sistema parlamentarista foi classificado pelo jornal como solução para o desaparecimento dos “defeitos congênitos” do presidencialismo.¹⁸⁶ Houve, portanto, em partes, uma inversão de papéis no contexto da época, sem que isso, no entanto, tenha significado uma preferência do periódico pelo presidencialismo, pelo contrário. O periódico, assim como em 1961, continuou considerando a fórmula parlamentarista mais adequada. Entretanto, classificou o modelo adotado no Brasil,

¹⁸⁴ Para que plebiscito?. Opinião de Francisco J. Frantz. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 06 out. 1962, p. 1.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 1.

¹⁸⁶ Fim da Crise. Editorial. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 07 set. 1961, p. 3.

como uma “espécie de parlamentarismo”, já que este na visão do jornal, conservou para o governo todas as “benesses” e também a faculdade em “nomear e atender a clientela”.¹⁸⁷

Seja como for, ao utilizar a expressão “espécie de parlamentarismo” o periódico acabou por desqualificar o sistema adotado pelo Congresso em setembro de 1961, utilizando também expressões como “curiosa modalidade de regime representativo”, em uma possível referência ao hibridismo do modelo adotado no país. Estando o periódico convencido da impraticabilidade do sistema vigente na época, classificou o plebiscito não como um momento para definir entre parlamentarismo e presidencialismo, mas para definir a favor do “menos ruim de dois sistemas, que igualmente não aprovaram”,¹⁸⁸ nos dizeres do jornal. O diretor do periódico, Francisco Frantz mencionou, ainda, sua falta de entusiasmo com a consulta popular, lembrando ele de tudo que seria “prometido” ao “pobre eleitorado em nome do presidencialismo”.¹⁸⁹ Fica evidente, desta forma, o descontentamento do periódico com a política nacional, principalmente com a forma como o sistema parlamentarista vinha operando no país, ao mesmo tempo, em que demonstra preocupação com as promessas a serem realizadas aos eleitores durante a campanha plebiscitária em favor do presidencialismo, já sabidos de que a máquina de propaganda disponível aos defensores do sistema presidencialista seria muito maior.

3.4 A vitória do presidencialismo no plebiscito: “um estrondoso triunfo” para João Goulart

Campanha aparatosa do “não”.¹⁹⁰ Foi assim que o jornal *Gazeta do Sul* descreveu a mobilização dos partidários do presidencialismo para a restauração dos poderes presidenciais de João Goulart, através da imprensa, do rádio e da televisão, além dos milhares de cartazes espalhados pelo país.

Para a restauração dos seus poderes presidenciais, João Goulart contou com apoio de diversos setores da sociedade, dentre eles a Igreja Católica, que considerou o comparecimento no plebiscito como um “dever cristão”¹⁹¹ e a UNE (União Nacional de Estudantes), que através do Centro Popular de Cultura (CPC) montou uma peça teatral intitulada “Auto do

¹⁸⁷ Para que plebiscito?. Opinião de Francisco J. Frantz. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 06 out. 1962, p. 1.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 1.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 1.

¹⁹⁰ Amanhã o plebiscito: povo dirá “sim” ou “não”. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 05 jan. 1963, p. 1.

¹⁹¹ MELO, 2009, p. 153-154.

NÃO”, encenada em comícios do Rio de Janeiro.¹⁹² Já o apoio dos sindicalistas dependeu do cumprimento de algumas demandas, entre elas, a revisão do salário mínimo. Para contar com este apoio, Jango manobrou dias antes do plebiscito concedendo um aumento de 75% no salário mínimo, menor do que os 100% exigidos pelos trabalhistas, porém superior ao índice de 56,25% sugerido pelo então ministro do Trabalho, João Pinheiro Neto.¹⁹³

Os partidos políticos posicionaram-se de maneira distinta quanto ao plebiscito. O PCB (Partido Comunista Brasileiro) interessava-se pela consulta devido ao seu caráter mobilizador, sendo para o partido uma importante oportunidade para associar o sistema presidencialista com as reformas de base.¹⁹⁴ Já PSB (Partido Socialista Brasileiro) defendia o “não” na consulta plebiscitária como forma de corrigir a imposição feita pelos militares e conservadores ao Congresso e ao povo.¹⁹⁵ O PCdoB (Partido Comunista do Brasil), por sua vez, posicionou-se a favor do voto nulo. Na ala da direita houve uma cisão nos partidos, tanto na UDN (União Democrática Nacional) quanto no PSD (Partido Socialista Democrático), que não fecharam uma posição única quanto ao voto no plebiscito, existindo grupos favoráveis e contrários ao retorno do presidencialismo.¹⁹⁶ O PTB, partido do presidente João Goulart, era obviamente o mais interessado na restauração do presidencialismo, não medindo esforços para convencer a opinião pública sobre a impraticabilidade do regime parlamentarista. No dia que antecedeu o plebiscito, o diretório municipal do PTB de Santa Cruz do Sul, publicou na *Gazeta do Sul* um manifesto conclamando a população a votar “não”. Na primeira parte da declaração, o diretório municipal criticou a adoção do parlamentarismo, dizendo que em ocasião nenhuma o povo foi consultado sobre se queria a troca do modelo governamental do país.¹⁹⁷ Em uma segunda parte, foram listados três motivos para votar “não” no plebiscito do dia seguinte:

Votar NÃO – isto é, contra o Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo, é restituir à Nação a constituição inviolada.

Votar NÃO – significa adota uma atitude corajosa e definida, num momento de crucial importância para o Brasil.

¹⁹² Ibidem, p. 183.

¹⁹³ MELO, 2009, 142-147.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 150.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 177.

¹⁹⁶ Ibidem, 187; 198-199.

¹⁹⁷ Partido Trabalhista Brasileiro. Plebiscito. Publicação a pedido. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 05 jan. 1963, p. 2.

Votar NÃO – significa não fugir às responsabilidades cívicas do cidadão nem escudar-se, por omissão, na covardia da abstenção ou do VOTO EM BRANCO.¹⁹⁸

Na contramão, o Partido Libertador (PL), na figura de Raul Pilla, posicionou-se publicamente pela abstenção no plebiscito, sendo, portanto, a este partido a crítica realizada pelo PTB na publicação apresentada anteriormente. Em uma publicação a pedido divulgada pelo jornal *Gazeta do Sul* em 03 de janeiro de 1963, portanto três dias antes da consulta à população, o partido posicionou-se a favor da abstenção do voto, dizendo ser “inconstitucional a antecipação do plebiscito, já marcado pelo Ato Adicional”, sendo que “somente uma emenda à Constituição, numa lei ordinária, poderia alterar a data já ali estabelecida para a consulta popular”. Ao mesmo tempo, disse não acreditar na possibilidade de se escolher entre “o que se conhece” [presidencialismo] e “o que não se conhece” [parlamentarismo], já que, segundo o partido, não houve tempo suficiente para que o povo conhecesse de verdade o sistema parlamentarista.¹⁹⁹

Não é, pois, o julgamento do povo o que em verdade se busca. Se o fosse, e não um expediente demagógico para manter no País a exploração industrial do poder, dar-se-ia tempo ao tempo, far-se-ia o plebiscito, se necessário fosse, na data estabelecida pelo ato adicional. Até lá, poderia o povo chegar a conhecer suficientemente o segundo termo da comparação, suposto que o sistema parlamentar houvesse sido praticado, e ele então, poderia decidir. Fazer, porém, o referendo nas condições em que se vai ele fazer, mais é do que impostura: é também desrespeito ao decoro e a própria soberania do povo, que a demagogia imperante tanto gosta de invocar. Se querem que o povo decida, deem-lhe, ao menos, as condições indispensáveis para que possa decidir.²⁰⁰

O manifesto do Partido Libertador fez, ainda, críticas a campanha realizada pelo Presidente da República, João Goulart, que utilizou, segundo o partido, de toda a máquina pública estatal disponível a ele para a derrubada do Ato Adicional. Para o partido, os recursos disponibilizados para a campanha só existiram para um lado, o lado daqueles que usufruíam do poder. Neste sentido, afirmaram que “desigual seria a luta. Melhor, não chegaria a ser luta,

¹⁹⁸ Ibidem, p. 2.

¹⁹⁹ Partido Libertador. Plebiscito de 6 de janeiro. Publicação a pedido. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 03 jan. 1963, p. 3.

²⁰⁰ Ibidem, p. 3.

senão legitimação da conspiração contra o universalmente consagrado sistema de governo [parlamentarista]”.²⁰¹ Por fim, o PL solicitou aos eleitores a abstenção ou o voto em branco:

O não comparecimento é que especialmente recomendamos, mas reconhecendo que alguns terão escrúpulo, ou dificuldades de outra ordem em deixar de atender determinação da Justiça Eleitoral, aconselhamos que, votando, votem em branco, o que é, também, uma significativa manifestação.²⁰²

Se para o jornal *Gazeta do Sul*, a campanha do “não” foi considerada “aparatosa”, sendo a maior vista até então, a campanha do “sim” para o mesmo, praticamente não foi identificada, o que levou o periódico a afirmar que, o eleitorado, por esse motivo, estava “frio” e muitos nem mesmo sabiam como votar, o que acarretaria, segundo previsão do jornal, em uma “enorme” abstenção no interior.²⁰³ Tese que foi contrariada pela apuração, que indicou um índice de abstenção inferior a 20% no município de Santa Cruz do Sul, o que foi classificado pelo jornal como um “bom sinal” e indício de um aumento do “grau de politização do povo”.²⁰⁴

A “aparatosa” campanha dos defensores do presidencialismo, ao que tudo indica, surtiu efeito. Tanto em nível nacional e estadual, quanto em Santa Cruz do Sul, a vitória do “não” aconteceu por expressiva margem. Nacionalmente, o resultado surpreendeu até mesmo os mais otimistas. Foram 9.457.448 votos para o “não” contra 2.073.582 votos a favor do parlamentarismo. Uma diferença de mais de sete milhões de votos. A abstenção ultrapassou 33%.²⁰⁵ A fala de Hugo de Faria,²⁰⁶ reproduzida por Ângela Maria de Castro Gomes e Jorge Ferreira,²⁰⁷ releva a surpresa que a vitória do presidencialismo no plebiscito causou e quais foram, segundo ele, as consequências dessa vitória:

²⁰¹ Ibidem, p. 3.

²⁰² Ibidem, p. 3.

²⁰³ Amanhã o plebiscito: povo dirá “sim” ou “não”. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 05 jan. 1963, p. 1.

²⁰⁴ Realizado o plebiscito de 6 de janeiro. Em Santa Cruz do Sul – vitória ampla do “NÃO”. “SIM” venceu por escassa margem em Vera Cruz. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 08 jan. 1963, p. 1.

²⁰⁵ O resultado geral do plebiscito de 1963 encontra-se disponível no site do TSE. Ver em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/referendo-de-1963/>>. Acesso 26 nov. 2016.

²⁰⁶ *Hugo de Araújo Faria* (Rio de Janeiro – RJ, 1915). Tornou-se subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República no governo parlamentarista de João Goulart, assumindo a seguir como interino a chefia do mesmo. Durante esse período, participou da campanha pela antecipação do plebiscito que deveria decidir sobre a volta ao regime presidencialista. Ver mais em DHBB – CPDOC/FGV.

²⁰⁷ GOMES; FERREIRA, 2007, p. 156.

Nós não pensávamos, pelo menos eu não, que o plebiscito se resolveria assim. Fomos surpreendidos mesmo! E foi o começo da radicalização, porque, com a vitória maciça que o povo deu ao Jango, o pessoal de esquerda resolveu ficar como dona da vitória, e aí começou a radicalização que nos levou à derrubada.²⁰⁸

No Rio Grande do Sul, a vitória do sistema presidencialista também ocorreu por uma considerável diferença de mais de quatrocentos mil votos. Dos 1.222.234 eleitores que compareceram no plebiscito, 758.222 votaram “não”, enquanto 328.872 votaram “sim” e 62.136 votaram em branco. A abstenção foi de 21,67%,²⁰⁹ 12% menor que o índice nacional.

Em Santa Cruz do Sul, cidade sede do jornal *Gazeta do Sul*, a diferença entre presidencialismo e parlamentarismo foi de três mil votos a favor do primeiro. Foram registrados 4.951 votos para o “sim” e 7.977 para o “não”, surpreendendo os prognósticos que previam uma “leve superioridade” dos adeptos do sistema presidencialista. Os 1.300 votos em branco também surpreenderam, já que se esperava uma votação bem mais expressiva.²¹⁰ Em Vera Cruz, cidade vizinha, o resultado também foi inesperado. O sistema parlamentarista venceu por uma pequena diferença de trinta votos, contrariando as previsões que apontavam uma tranquila vitória do “não”.²¹¹

Com resultados tão significativos e até mesmo inesperados, não restava dúvidas de que João Goulart poderia recuperar seus poderes presidenciais o quanto antes. Conforme notícia do jornal *Gazeta do Sul*, de 15 de janeiro, o presidente mostrava-se confiante quanto a restauração do presidencialismo pelo Congresso, embora, estivesse agindo como um “missioneiro”,²¹² segundo o jornal, somente ouvindo e não falando coisa alguma dos encontros políticos ocorridos em seu gabinete.²¹³

O primeiro-ministro, Hermes Lima, visto os resultados do plebiscito, colocou seu gabinete a disposição do presidente João Goulart, emitindo uma nota oficial, que foi reproduzida pela *Gazeta do Sul*. Em um dos trechos do comunicado foi possível ler o seguinte:

²⁰⁸ FARIA apud GOMES; FERREIRA, 2007, p. 156.

²⁰⁹ O plebiscito no Estado. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 17 jan. 1963, p. 1.

²¹⁰ Realizado o plebiscito de 6 de janeiro. Em Santa Cruz do Sul – vitória ampla do “NÃO”. “SIM” venceu por escassa margem em Vera Cruz. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 08 jan. 1963, p. 1.

²¹¹ Ibidem, p. 1.

²¹² O termo “missioneiro”, nesta condição, é relativo há quem nasce na região das antigas Missões Jesuíticas, no norte do Rio Grande do Sul, como é o caso de João Goulart, natural do município de São Borja.

²¹³ Presidente Goulart está confiante na ação do Congresso para a restauração do presidencialismo. Nota oficial do conselho de ministros. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 15 jan. 1963, p. 1

Em face da inequívoca opção do eleitorado caberá ao Congresso a decisão que lhe parecer mais acertada, a fim de proporcionar condições para a constituição do novo Ministério. Não pode haver dúvida de que o Congresso, cujo concurso para superar a crise institucional foi fundamental e decisiva saberá com o mesmo espírito encontrar o caminho adequado para que as aspirações do povo brasileiro, tão esmagadoramente manifestadas, tenham pronto atendimento.²¹⁴

Sem questionar o resultado do plebiscito, o presidente do PSD, Amaral Peixoto, declarou na época que o presidencialismo voltaria mediante entendimentos pacíficos sem ameaça de crise política, prometendo todo o apoio e colaboração de seu partido com o presidente João Goulart, afirmando, ainda, ter encontrado bons entendimentos junto a membros da UDN.²¹⁵

Defensor da tese de revogação imediata do Ato Adicional, sem necessidade de um plebiscito, o então Ministro da Justiça, João Mangabeira (PSD), confirmou seu ponto-de-vista em pronunciamento reproduzido pelo jornal *Gazeta do Sul*, em 10 de janeiro. Disse ele o seguinte:

- O resultado é aquele que previa, mas, confesso que não esperava uma vitória tão esmagadora do presidencialismo – disse o sr. João Mangabeira, acrescentado:
- Conforme declarei – e este era o meu ponto-de-vista – marchávamos para um resultado certo, previsto e inevitável. Seria, portanto, um gasto inútil de tempo e de dinheiro. E aí está o resultado para mostrar que tinha razão.²¹⁶

E acentuou dizendo que “o povo não queria – como demonstrou nas urnas – o parlamentarismo e que o Brasil não estava em condições para ter e suportar esse sistema de governo”, pois, segundo ele, “não se pode imaginar parlamentarismo num país em que há tantos partidos e, ainda mais, todos divididos, cindidos, com várias alas e facções”. O então ministro, prosseguiu dizendo que o modelo adotado no país só resistiu por ser híbrido. O verdadeiro parlamentarismo, em sua ótica, não teria sobrevivido por seis meses. Por último, reforçou sua surpresa com o resultado do plebiscito, afirmando, ainda, que João Goulart sai da

²¹⁴ Ibidem, p. 1.

²¹⁵ Presidente Goulart está confiante na ação do Congresso para a restauração do presidencialismo. Sem crise. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 15 jan. 1963, p. 1;3.

²¹⁶ Mangabeira sustenta: Goulart pode assumir de imediato plenos poderes. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 10 jan. 1963, p. 1.

situação bastante fortalecimento, já que o resultado representou, em suas palavras, “um estrondoso triunfo” para o presidente.²¹⁷

Diante da vontade do povo expressa nas urnas, a Câmara aprovou por 260 votos a 9 e uma abstenção, a revogação do Ato Adicional nº 4 que instituiu o sistema parlamentarista no Brasil, conforme publicou o periódico *Gazeta do Sul*, em 24 de janeiro.²¹⁸ João Goulart poderia a partir daquele momento usufruir de plenos poderes como presidente, começando, para muitos, de fato seu governo. Com a retomada do presidencialismo, Goulart poderia, portanto, de agora em diante, pôr em prática as reformas de base, que tanto esperavam os grupos de esquerda. Foi, no entanto, a partir deste momento que os embates políticos foram intensificando-se. As pressões de grupos de esquerda pela implementação dos projetos reformistas e a recusa do Congresso e dos meios mais conservadores de os aprovarem, levou o acirramento dos ânimos políticos, culminando no golpe cívico-militar de 1964, que interrompeu o último governo da chamada “experiência democrática” (1946-1964).

²¹⁷ Ibidem, p. 1.

²¹⁸ Volta ao regime presidencialista: Por 260 votos contra 9 a Câmara revogou o Ato Adicional. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 24 jan. 1963, p. 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Classificado pelo jornal *Gazeta do Sul* como uma tentativa de “resguardar o país”, o sistema parlamentarista surgiu em início de setembro de 1961 como uma espécie de solução para uma crise política desencadeada no Brasil após a renúncia do presidente Jânio Quadros e após a conflagração de um movimento pela Legalidade Constitucional, que visava garantir a posse de João Goulart na presidência da República. A partir de uma Emenda à Constituição, o parlamentarismo substituiu o “presidencialismo decadente”, nos dizeres da *Gazeta do Sul*. A adoção repentina da fórmula parlamentarista, tinha na verdade mais de um objetivo. Um deles era eminentemente político, pois diminuía consideravelmente os poderes políticos de João Goulart, considerado pelos meios mais conservadores como uma ameaça à ordem no país, sendo talvez por esse motivo recebida com agrado pelo jornal.

A aprovação da emenda parlamentarista de forma repentina, no entanto, foi objeto de muitas críticas vindas de atores políticos, que manifestaram-se ou tiveram seus discursos reproduzidos pelo jornal *Gazeta do Sul*. Mesmo defensores da fórmula parlamentarista, como Wilson Vargas (PTB), Fernando Ferrari (MTR) e Willy C. Fröhlich (PSD), discordaram da adoção do novo modelo governamental no cenário da época. Já o ex-presidente Juscelino Kubistchek (PSD), considerou o parlamentarismo como uma forma de “menosprezar a votação popular”. Leonel Brizola (PTB), líder do Movimento da Legalidade, por sua vez, classificou a Emenda parlamentarista como uma “verdadeira humilhação”, não sendo, mais tarde, poupado de duras críticas do deputado Helvio Jobim (PSD), que o considerou um “mero utilitarista”. É interessante, porém, notar que o espaço destinado a lideranças políticas do PSD foi mais significativo nas páginas da *Gazeta do Sul*, enquanto as declarações de Leonel Brizola, por exemplo, figuravam em segundo plano. Neste sentido, é possível perceber o jornal como um ator político, que privilegiou algumas “vozes” em detrimento de outras, o que demonstra um evidente posicionamento político do jornal.

A emenda Constitucional deixou a possibilidade de reversão ao sistema presidencialista através de um plebiscito ou *referendum*. Nesta perspectiva, João Goulart articulou no sentido de mostrar a impraticabilidade do modelo parlamentarista, como forma de conquistar adesão popular e política para conseguir a antecipação da consulta plebiscitária, marcada inicialmente para 1965. A questão quanto a antecipação do plebiscito, no entanto, foi alvo de polêmicas, principalmente a partir da tese de João Mangabeira, que previa a revogação imediata do Ato Adicional a fim de se evitar despesas com a consulta popular, já

que era evidente que o presidencialismo era o grande favorito na votação. Nesse sentido, diversas articulações político-partidárias atuaram no cenário do plebiscito, seja de forma favorável ou contrária a realização da consulta ou ao retorno do presidencialismo.

Nos setores de direita, mais uma vez houve uma cisão política dentro dos principais partidos, como o PSD e a UDN, que não fecharam uma posição unívoca sobre o retorno do modelo presidencialista. A principal oposição ao restabelecimento do presidencialismo veio do Partido Libertador (PL), sob a liderança de Raul Pilla, histórico defensor da fórmula parlamentarista. No entanto, não houve por parte do partido uma expressiva mobilização a fim de evitar-se a troca do sistema parlamentarista pelo modelo presidencialista. Na campanha do plebiscito, por exemplo, o PL nem mesmo solicitou aos eleitores que votassem “sim”, preferindo sugerir a abstenção do voto. Já o PTB, PCB e outros grupos de esquerda foram os mais interessados na realização da consulta popular, pois oportunizava a associação do sistema presidencialista às reformas de base. Desta forma, lideranças políticas como o presidente João Goulart e o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, articularam no sentido de garantir a realização do plebiscito a fim de restabelecer o presidencialismo e preparar o terreno para a execução dos projetos reformistas. Além disso, o plebiscito representava também a possibilidade de garantir uma expressiva votação ao sistema presidencialista, o que poderia simbolizar, de certa forma, uma “eleição” para João Goulart. Sendo assim, pode-se compreender o plebiscito como um “imperativo nacional”, utilizando-se das palavras de Juscelino Kubistchek.

E de fato o resultado do plebiscito mostrou ter esse caráter imperativo, já que a expressiva votação alcançada pelo modelo presidencialista veio a ser caracterizada como um grande triunfo para João Goulart, que poderia a partir disso disfrutar de seus poderes presidenciais, podendo pôr em prática projetos que antes eram limitados pelo gabinete parlamentarista.

Deve-se, ainda, destacar o papel preponderante da imprensa no contexto da época, principalmente no que diz respeito a atuação do jornal *Gazeta do Sul*, analisado neste estudo, e que evidentemente interviu como um ator político na sociedade no qual estava inserido, seja através de suas opiniões ou a partir das “vozes” que pelas suas páginas tiveram notoriedade, principalmente, se este for compreendido como um meio no qual as ideias e os anseios da época ganharam espaço. No caso da emenda parlamentarista, ficou visível, no primeiro momento, o entusiasmo do jornal com a nova fórmula de governo. Entusiasmo este, que foi desfeito meses antes do plebiscito, visto que o periódico passou a considerar o

parlamentarismo como impraticável. Tal posicionamento, além das colocações dos atores políticos e das articulações político-partidárias que estiveram presentes nas páginas da *Gazeta do Sul*, denotam que, possivelmente, tais pareceres podem ter exercido certa influência nos meios sociais e principalmente no eleitorado que compareceu ao plebiscito de 06 de janeiro de 1963, dando a vitória ao modelo presidencialista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Jango e Brizola: tão perto e tão longe (1961-1964)*. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2007.

_____. *Reformas na lei ou na marra? João Goulart e Leonel Brizola nas páginas dos jornais Última Hora e Correio do Povo no Rio Grande do Sul (1963)*. In: Heinsfeld, A. et al. (Org.). *Fazendo História Regional: Política e Cultura*. 1ed. Passo Fundo: Méritos, 2010, v. 1, p. 243-264.

AMANTINO, Antônio Kurtz. *Presidencialismo x parlamentarismo*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1992.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BETHELL, Leslie. *O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica*, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n44/v22n44a01.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº de 1961*. Institui o sistema parlamentar de governo. Brasília-DF, 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

BRASIL. *Plebiscito de 1993*. Brasília-DF: TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/plebiscito-de-1993/>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

BRASIL. *Referendo de 1963*. Brasília-DF: TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/referendo-de-1963/>> Acesso em: 03 dez. 2016.

CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino (Imprensa e Ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

COTTA, Malrizio. *Parlamento*. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1998, p. 870-888.

D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 81-82.

_____. *História do Brasil*. 9. ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 319-373.

GAZETA DO SUL. Santa Cruz do Sul: Gazeta do Sul S.A., 1961/ago-1963/jan.

GEMMA, Gladio. *Plebiscito*. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. Brasília: UNB, 1998, p. 927.

_____. *Referendum*. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. Brasília: UNB, 1998, p. 1074-1077.

GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango – As Múltiplas Faces*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

KEINERT, Ruben Cesar. *O que é parlamentarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 64.

MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

PILLA, Raul. *Parlamentarismo ao alcance de todos*. 3. ed. Brasília: FUNCEP, 1987.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Prefácio. In: CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino (Imprensa e Ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, Literatura e Política: a modernização da imprensa carioca nos anos de 1950*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 31, 2003, p. 147-160.

RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

SENADO. Cartilha da Frente Parlamentarista. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/06/01/cartilha-da-frente-parlamentarista/>>. Acesso 21 out. 2016.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.